



ADVERTÊNCIA

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para a(s) contratada(s).

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES – PARTICIPAÇÃO AMPLA

CONCORRÊNCIA Nº: 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 14/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – UASG: 986843

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 405.900,96

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/06/2026 às 9h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO

MODO DE DISPUTA: FECHADO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro, Pedreira, Estado de São Paulo – CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a **contratação de pessoa contratação de pessoa jurídica para a execução de serviço técnico especializado em direito e gestão educacional para suporte estratégico à secretaria municipal de educação por 36 (trinta e seis) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em um **único item**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 2.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 2.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.8.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.8.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, a tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 2.12. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **as propostas técnica e as propostas de preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



3.5.1.A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

3.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de técnica e a proposta de preço, até a abertura da sessão pública.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

3.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.12.1.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente



da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

- 4.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. Valor total dos serviços considerando o período de 36 (trinta e seis) meses.

- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 4.6.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 4.7.3. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar o preço máximo previsto no Termo de Referência.

- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



- 4.9. **Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.**

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3 deste Edital.
- 5.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.5.1. SICAF; e
- 5.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 5.6.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



- 5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
- 5.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 5.11. Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.11.1. contiverem vícios insanáveis;
- 5.11.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 5.11.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.11.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 5.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo I deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o parâmetro matemático descrito no termo de referência e seus anexos.
- 5.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 5.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.17.1. As informações e procedimentos necessários referentes a indícios de inexequibilidade de preços, encontram-se expostos no Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025, disponibilizado para ciência no site deste município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf
- 5.17.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.19. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o que consta no Termo de Referência e seus anexos.



- 5.20. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações, conforme consta no Termo de Referência e seus anexos.
- 5.21. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.22. Uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015
- 5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.22.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.
- 5.23. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 5.23.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.23.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.25. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.27. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



- 6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 6.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 6.5. **Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.**
- 6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 6.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.



- 6.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 6.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.12.1.
- 6.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO:

7.1. Habilitação jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

7.3. **Qualificação Técnico-Operacional:**



7.3.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** comprovação de aptidão técnica para desempenho de trabalho pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os estabelecidos neste estudo, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou serviço compatível, especialmente, com as parcelas de maior relevância do objeto da licitação discriminadas neste estudo. Tal solicitação encontra respaldo legal no Art. 67, § 1º da Lei federal nº 14.133/2021, que trata da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional;

- Por se tratar de serviço destinado ao aprimoramento da atividade administrativa, cuja necessidade se revela prolongada no tempo, deve-se exigir que o atestado demonstre que o licitante tenha executado **serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos.**
- Busca-se, com isto, habilitar licitante apta a cobrir toda a extensão do serviço que se deseja contratar, comprovando sua capacidade de manter equipe adequada e as condições de habilitação que permitiram a sua contratação, por período prolongado. Essa exigência encontra respaldo no § 5º do art. 67, da Lei federal nº 14.133/2021.
- Este(s) atestado(s) deve(m) ser redigido(s) em papel timbrado e assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) e/ou responsável(eis) da(s) empresa(s) privada(s) ou órgão(s) público(s) emissor(es);
- Cada documento apresentado deve descrever a lista dos serviços que a empresa executou, especificando as quantidades, a duração e o período do contrato, a época da execução, a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado.
- Cada documento apresentado também deve conter a razão social, o CNPJ, o endereço e as informações de contato tanto de quem emite o atestado quanto da empresa licitante;
- O(s) atestado(s) deve(m) referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente.
- O(s) atestado(s) de capacidade técnica pode(m) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa licitante e, ainda, de uma e de outra, conjuntamente;
- A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local em que foram prestados os serviços, entre outros;

7.3.2. Será admitido, para fins de **comprovação das parcelas de maior relevância do objeto da licitação** identificadas neste documento, a apresentação e o somatório de **diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante**, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. No entanto, a somatória só será válida desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.



Das Parcelas de Maior Relevância:

7.3.3. **As parcelas de maior relevância** contempladas pelo objeto da contratação, para fins de comprovação de capacidade técnica pela licitante, são:

7.3.3.1. Prestação de **serviço técnico especializado em direito educacional e gestão educacional** para órgãos públicos gestores de redes ou sistemas de ensino, por períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos;

7.3.3.2. Assessoramento para **elaboração de planos municipais de educação, contemplando o fornecimento de diagnóstico, a regulamentação das instâncias de acompanhamento, monitoramento e avaliação** da implementação;

7.3.3.3. **Consultoria especializada e formação de técnicos e gestores para a operacionalização de plataformas/sistemas de gestão dos Governos Federal e Estadual**, para adesão e pactuação de programas, transferências de recursos, prestação de contas outros por períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos.

7.4. Qualificação Técnico-Profissional:

7.4.1. **Indicação do pessoal técnico:** comprovação de que possui equipe técnica adequada, qualificada e disponível para a realização do objeto da licitação, por meio de **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica** expedida pela licitante.

7.4.1.1. A apresentação da referida declaração poderá ser suprida pelo documento exigido para comprovação do critério de QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA, acompanhada da documentação acessória, nos termos do **subitem 7.10.1 do Estudo Técnico Preliminar**.

Da Composição da Equipe Técnica:

7.4.2. **A equipe técnica da empresa vencedora deverá ser composta por, no mínimo, 1 (um) de cada dos seguintes profissionais:**

7.4.2.1. **Advogado ou bacharel em Direito**, em qualquer caso, **pós-graduado** lato ou stricto sensu, em **Direito Educacional** (curso de especialização) ou em **Educação** (programa de mestrado ou de doutoramento);

7.4.2.2. **Administrador público, ou Administrador pós-graduado** lato ou stricto sensu, em **Gestão Pública** (curso de especialização), ou **Administração Pública e Governo** (programa de mestrado ou de doutoramento);

7.4.2.3. **Pedagogo pós-graduado** lato ou stricto sensu, em **Gestão Educacional/Gestão Escolar** (curso de especialização ou MBA), ou em **Gestão de Políticas Públicas** (programas de mestrado ou de doutoramento).

7.4.3. Será considerada apenas uma área de formação acadêmica/habilitação profissional por integrante da equipe técnica. Considerando o volume dos trabalhos e ações abrangidos pelo objeto, busca-se, com essa medida, ampliar a quantidade de profissionais adequados, qualificados e disponíveis para o atendimento da CONTRATANTE, evitando que a execução contratual se torne dependente de um só ou de um número ainda mais reduzido de profissionais. Além disso, pretende-se, assim, assegurar a reunião de conhecimentos e experiências especializadas, assegurando a qualidade do serviço.



7.4.4. **A Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica** deve estar instruída por, no mínimo, os seguintes documentos, em relação a cada profissional indicado:

7.4.4.1. Diplomas de graduação de nível superior na área de habilitação profissional, expedido na conformidade das normas vigentes por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), e devidamente registrados;

7.4.4.2. Certidões ou diplomas de cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu complementar, quando necessário, expedidos segundo as normas vigentes por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC);

7.4.4.3. Registro ativo do indicado junto ao conselho profissional competente, quando for o caso;

7.4.4.4. Comprovação do vínculo de cada profissional indicado com a empresa licitante, por meio da apresentação do contrato social, de registro na carteira profissional, da ficha de empregado ou do contrato de trabalho ou do contrato de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços. As formas de comprovação do vínculo profissional com a empresa licitante encontra respaldo na Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.4.5. Os cursos ou programas de pós-graduação apresentados serão objeto de validação junto à plataforma e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, e Plataforma Sucupira/CAPEs no caso dos programas de mestrado e doutoramento.

7.4.6. Os profissionais indicados pelo licitante, na forma do inciso III do caput do art. 67 da Lei federal nº 14.133/2021, deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de qualificação e experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.5. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.5.1. A empresa deverá comprovar que possui plena **condição econômico-financeira de executar o contrato integralmente até seu término**, em situação de estabilidade financeira que lhe permita suportar os riscos previsíveis e ordinários de qualquer tipo de negócio sem causar impacto negativo no cumprimento do objeto contratado, nos termos do disposto pelo artigo 69 da Lei federal nº 14.133/2021. A licitante deverá, dessa forma, apresentar:

7.5.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.5.1.2. **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

7.5.1.2.1 A demonstração da boa situação financeira será realizada de forma objetiva, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, com as alterações



introduzidas posteriormente, comprovando que a licitante possui os seguintes Índices Contábeis:

1. ILG = igual ou superior a 1,00
2. ILC = igual ou superior a 1,00
3. IE = igual ou inferior a 0,50
 - o Tais índices serão calculados conforme segue:
1. $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
2. $ILC = (AC / PC)$
3. $IE = (PC + ELP / AT)$

ONDE:

*ILG = Índice de Liquidez Geral;
*ILC = Índice de Liquidez Corrente;
*AC = Ativo Circulante;
*IE = Índice de Endividamento;
*PC = Passivo Circulante;
*RLP = Realizável a Longo Prazo;
*ELP = Exigível a Longo Prazo; e
*AT = Ativo Total.

- **Somente serão habilitadas no presente certame as empresas que apresentarem os Índices Mínimos e Máximos exigidos. Essas condições deverão fazer parte do Edital a ser elaborado.**

7.5.1.3. Comprovação de que a empresa licitante possui capital social com valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor formulado em sua proposta de preços.

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.6. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pedreira.sp.gov.br, no link Licitações, junto ao edital correspondente.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:
- 10.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.3.1. Der causa à inexecução total do contrato;
- 10.3.2. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- 10.3.3. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 10.3.4. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.3.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.3.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.4. A **CONTRATADA** se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e no **Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025** do **CONTRATANTE**, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf

11.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacaopedreira.doc@gmail.com.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 12.7. **Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.pedreira.sp.gov.br.
- 12.11. **Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site www.pedreira.sp.gov.br, no link “Decretos Licitação”.**
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. **ANEXO I** – Termo de Referência;
- 12.12.1.1. **ANEXO II** – Estudo Técnico Preliminar;
- 12.12.1.1.1. **Anexo A** – Apresentação da Proposta Técnica;
- 12.12.1.1.2. **Anexo B** – Proposta de Preço;
- 12.12.1.1.3. **Anexo C** – Planilha Estimativa de Valor;
- 12.12.1.1.4. **Anexo D** – Instrumento de Medição de Resultados – Qualidade (IMR-Q);
- 12.12.1.2. **Anexo III** – Minuta do Termo de Contrato
- 12.12.1.3. **Anexo IV** – Termo de Ciência e Notificação

Pedreira/SP, XX de março de 2026.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****1.1 OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, através de procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua forma ELETRÔNICA, conforme termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O objetivo é aprimorar a capacidade de planejamento, gestão, normatização e execução das políticas públicas educacionais, garantindo a conformidade legal, a eficiência administrativa e a efetividade das ações no sistema de ensino municipal, bem como o atendimento às exigências dos órgãos de controle e a manutenção dos repasses de recursos federais e estaduais.

Cumprir registrar que o objeto da presente contratação já foi submetido a procedimento licitatório anterior, referente à Concorrência nº 06/2025 – Processo Licitatório nº 28/2025, o qual restou fracassado em razão do não atendimento, pela pessoa jurídica classificada, da totalidade das condições editalícias, não tendo cumprido plenamente os parâmetros e exigências estabelecidos. Por essa razão, não foi possível adjudicar o objeto, permanecendo, contudo, inalterada a necessidade administrativa que motivou a abertura do certame.

Diante disso, a Administração realizará a republicação do edital, com os ajustes necessários para aprimorar as condições do certame, garantindo ampla participação de interessados e observando rigorosamente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência, a fim de assegurar a efetiva contratação do objeto e o pleno atendimento ao interesse público.

ITEM	QTDE.	UND.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
1	01	UND.	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES

1.2 CÓDIGOS CAT SER – PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Em decorrência da consulta ao **Portal Compras Gov.**, identificou-se o código nº **18481 – Consultoria e Assessoria – Educação** como o mais apropriado para o objeto, considerando o detalhamento e especificidade do serviço, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

Importante destacar que o código acima descrito representa a classificação mais próxima e genérica ao objeto pretendido. Os detalhes técnicos e as especificações completas do objeto estão devidamente descritos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que prevalecem sobre a descrição simplificada do catálogo. Assim, em caso de divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto constante no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.



1.3 NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação consiste em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme disposto no artigo 74, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esses serviços envolvem atividades que exigem conhecimentos técnicos especializados e não podem ser definidos de forma objetiva, necessitando, portanto, de avaliação técnica detalhada. A execução será realizada por profissionais ou empresas de notória especialização, conforme definido no §3º do referido artigo, garantindo que o trabalho seja essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. O tópico 3 do Estudo Técnico Preliminar – ETP aborda de forma mais detalhada os aspectos desta classificação.

1.4 DIVISÃO DE COTAS PARA ME/EPP/COOPERATIVAS

Em razão da natureza técnica especializada do objeto desta contratação, que envolve serviços de natureza predominantemente intelectual, e considerando que tais serviços não possuem natureza divisível, não será efetuada a divisão de cotas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A crescente complexidade da gestão pública educacional impõe às administrações municipais desafios que exigem elevado nível de especialização técnica, especialmente nas áreas jurídica e de gestão educacional. A Secretaria Municipal de Educação de Pedreira desempenha funções estratégicas que envolvem desde a formulação e implementação de políticas públicas até a gestão de recursos, programas e colegiados vinculados ao sistema de ensino local.

A necessidade de contratação de consultoria e assessoria técnica especializada fundamenta-se na obrigatoriedade de garantir uma gestão educacional eficiente, conforme determina o artigo 205 da Constituição Federal, assegurando o direito à educação com qualidade. Soma-se a isso a exigência de atendimento às normativas legais e aos requisitos dos programas federais e estaduais, tais como o Plano de Ações Articuladas (PAR/Simec), o programa Escola de Tempo Integral, e a iniciativa Educação Conectada, entre outros.

Essencialmente, a consultoria técnica auxiliará na formulação de diretrizes, normatizações e instrumentos de gestão, como a criação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e a instituição do Fórum Municipal dos Conselhos Escolares, além de fortalecer os conselhos educacionais (CACs-Fundeb, CAE e CME). Ademais, a atuação técnica especializada contribuirá com a qualificação dos processos decisórios, garantindo conformidade legal, eficiência administrativa e efetividade das ações educacionais no âmbito municipal.

A contratação de consultoria e assessoria técnica especializada visa apoiar a Secretaria Municipal de Educação de Pedreira na melhoria da gestão educacional, assegurando maior eficiência, legalidade e efetividade na implementação das políticas públicas. O serviço contratado deverá contribuir com:

- **Diagnóstico e aperfeiçoamento da gestão educacional municipal**, por meio da produção de subsídios técnicos que orientem o planejamento estratégico, a formulação e o aprimoramento das políticas educacionais, bem como o monitoramento e a execução do Plano Municipal de Educação (PME) e demais instrumentos normativos locais.



- **Capacitação de agentes públicos**, com foco na formação continuada de gestores escolares, técnicos administrativos e conselheiros educacionais, especialmente para atuação em programas e sistemas federais, como o Fundeb (VAAR), PAR, Educação Conectada e Escola em Tempo Integral.
- **Atualização e formulação de normativos educacionais municipais**, alinhando a legislação local às diretrizes nacionais, com destaque para a revisão do plano de carreira do magistério à luz da Lei Federal nº 14.817/2024, e a elaboração de normativas que valorizem os profissionais da educação e melhorem a estrutura organizacional da Secretaria.
- **Fortalecimento da gestão democrática**, mediante assessoria para a estruturação e efetivação dos conselhos escolares, a criação do Fórum Municipal dos Conselhos Escolares, e a qualificação dos conselheiros para o exercício pleno do controle social, conforme previsto no artigo 14 da LDB.
- **Acompanhamento jurídico-administrativo contínuo**, com suporte técnico na condução de processos administrativos, atendimento a exigências de órgãos de controle e prevenção de inconformidades legais.
- **Acesso permanente a consultoria especializada**, assegurando respostas técnicas e jurídicas atualizadas, que garantam segurança normativa, qualidade administrativa e continuidade dos programas de financiamento educacional.

A contratação se justifica também pela crescente demanda dos órgãos de controle pela capacitação dos gestores e conselheiros que atuam na fiscalização dos recursos da educação. A qualificação técnica proporcionada contribuirá para o cumprimento das condicionalidades legais e para a manutenção dos repasses de recursos estaduais e federais, representando, assim, uma medida estratégica para o fortalecimento da rede pública de ensino no município.

A descrição mais completa e detalhada da solução encontra-se nos itens **3, 4, 5 e 6** do Estudo Técnico Preliminar (ETP), oferecendo um entendimento aprimorado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição detalhada da solução proposta encontra-se minuciosamente apresentada no Estudo Técnico Preliminar, que integra este Termo de Referência como apêndice. Destacam-se, especialmente, os **tópicos 3, 4, 5 e 6**, nos quais são abordados aspectos cruciais que fundamentam a concepção e os requisitos da solução.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos da contratação é essencial para assegurar que a solução proposta atenda às necessidades públicas com eficiência e qualidade, em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis. Para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, é imprescindível que os requisitos reflitam as especificidades do objeto a ser contratado, considerando suas características técnicas, operacionais e legais. Esses serviços demandam profissionais ou empresas com notória especialização, cuja capacidade intelectual seja fator determinante para a eficácia da execução contratual. A avaliação técnica detalhada torna-se, portanto, fundamental para garantir que a execução do contrato seja



realizada de forma eficaz, dentro dos prazos estabelecidos e com o uso adequado dos recursos públicos.

O **tópico 3 – Requisitos da Contratação**, constante no Estudo Técnico Preliminar, integrante deste Termo de Referência, detalha os aspectos fundamentais relacionados aos requisitos da contratação. Elaborado com base em análises técnicas e estudos prévios, o ETP fundamenta a **necessidade da contratação e orienta o processo licitatório, abordando os objetivos, especificações técnicas, critérios de desempenho e parâmetros para avaliação da execução, obrigações da contratada, obrigações da contratante**, dentre outros elementos essenciais para a plena execução do objeto contratado.

Considerando a especificidade e a complexidade dos requisitos mencionados, optou-se por remeter a este tópico para evitar redundâncias, promovendo a concisão do Termo de Referência e facilitando a consulta direta dos interessados às informações técnicas e operacionais pertinentes.

5. VISTORIA

Não se aplica para o objeto pretendido.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

A contratação do serviço ocorrerá por meio de **PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **TÉCNICA E PREÇO** em que a valoração da proposta técnica deve corresponder à proporção de 70% (setenta por cento), e mediante modo de disputa **FECHADO** mediante contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**.

A prestação do serviço dar-se-á pelo período de **36 (TRINTA E SEIS) MESES**, começando a partir do próximo dia útil do término do fluxo de assinaturas do instrumento contratual ou em outra data a ser informada pela Divisão de Contratos e Aditivos deste Município.

O prazo de prestação do serviço poderá ser sucessivamente prorrogado, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos dos **arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visto se tratar de serviço contínuo e inerente à manutenção dos trabalhos.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A(s) contratação(ões) com a(s) pessoa(s) jurídica(s) vencedora(s) far-se-á(ão) mediante **CONTRATO**, conforme Minuta(s) a ser(em) disponibilizada(s), considerando a(s) proposta(s) apresentada(s) e disposições legais, vinculando a(s) pessoa(s) jurídica(s) vencedora(s) aos termos do Edital e demais anexos, à(s) proposta(s) apresentada(s) e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

A(s) rotina(s) de Gestão e Fiscalização Contratual(ais) será(ão) em conformidade ao Decreto nº 3.790, de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.



Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O **Tópico 3 – Requisitos da Contratação**, constante no Estudo Técnico Preliminar, integrante deste Termo de Referência, detalha os aspectos fundamentais relacionados às condições e características de recebimento do objeto.

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos do objeto deste Termo de Referência serão efetuados diretamente pelo **CONTRATANTE**, através da sua Tesouraria, **em até 30 (trinta) dias consecutivos da liquidação de cada nota fiscal**, conforme demanda e priorização de ações e trabalhos, respeitando o estabelecido em cronograma a ser pactuado entre as partes. O **tópico 3. Requisitos da Contratação**, do Estudo Técnico Preliminar, dispõe de forma pormenorizada e detalhada todas as condições da prestação e medição do serviço.

O prazo para liquidação da nota fiscal será **de até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

O serviço objeto do presente termo de referência ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO



FORMA DE JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

9.1. As licitantes apresentarão **PROPOSTA TÉCNICA** e **PROPOSTA DE PREÇO**, na forma e pelos meios indicados pelo Edital.

9.2. Serão analisadas as propostas apresentadas pelas licitantes habilitadas, por **primeiro a PROPOSTA TÉCNICA que terá peso de 70% (setenta por cento)** e, **após, a PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento)**.

9.3. A **PROPOSTA TÉCNICA** será avaliada por **banca composta por técnicos da Secretaria Municipal de Educação**, e terá uma **pontuação Máxima de 10 (dez) pontos e Mínima de -2 (menos dois) pontos**, considerando o disposto no art. 38 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e conforme o QUADRO REFERÊNCIA disposto no **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar.

9.3.1. A banca acima citada atuará nos termos do artigo 37, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021, e será composta nos termos do § 1º, inciso I, do mesmo dispositivo.

9.3.2. A avaliação das PROPOSTAS TÉCNICAS será feita critério a critério, confrontando e aferindo a correção dos pontos indicados em cada caso aos documentos utilizados para a comprovação do respectivo critério, conforme estabelecido neste estudo.

9.3.3. Considerando a natureza objetiva dos critérios estabelecidos, a banca deve buscar, na atribuição de pontos, o consenso entre seus membros e, não havendo, atribuirá pontos conforme decisão da maioria, relatando em ata a divergência e o membro divergente.

9.3.4. Quando os critérios analisados não corresponderem ou não forem comprovados pelos meios de comprovação indicados no **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar, a banca terá a competência para a desconsideração do respectivo critério para pontuação do licitante, de acordo com os termos deste documento.

9.3.5. Cabe à banca certificar em ata a pontuação final considerada após análise de cada critério da **PROPOSTA TÉCNICA**, bem como consignar as justificativas para eventuais desconsiderações da pontuação previamente informada pelo licitante.

9.3.6. O **Resultado da Pontuação Técnica (RPT)** será calculado pela divisão da **Pontuação Técnica (PT)** de cada proposta pela **Maior Pontuação Técnica (MPT)** obtida entre os licitantes. O cálculo seguirá a fórmula abaixo, considerando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$RPT = PT/MPT$$

Síglas: RPT – Resultado da Pontuação Técnica / PT – Pontuação Técnica / MPT – Maior Pontuação Técnica

9.4. A **análise da PROPOSTA DE PREÇO** será realizada pelo agente de contratação, apenas para os licitantes cujas **PROPOSTAS TÉCNICAS** forem classificadas de acordo com as exigências do Edital, e obtenham **Resultado da Pontuação Técnica (RPT)** igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação total, ou seja, o **RPT igual ou superior de 0,50 (zero virgula cinquenta)**.

9.4.1. A **PROPOSTA DE PREÇO** será formulada pela licitante, preferentemente, segundo indicado no **ANEXO B** do Estudo Técnico Preliminar, quanto às informações essenciais e forma de apresentação.

9.4.2. O **Resultado de Preços (RP)** será calculado pela divisão do **Menor Preço Proposto**



(MPP) pelo preço de cada proposta analisada. O cálculo seguirá a fórmula abaixo, considerando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$RP = MPP/PPL$$

Siglas: RP – Resultado de Preço / MPP – Menor Preço Proposto / PPL – Preço Proposto pela Licitante

AFERIÇÃO DO RESULTADO DA PONTUAÇÃO FINAL E DO VENCEDOR

9.5. O **Resultado da Pontuação Final (RPF)**, considerando a avaliação da Técnica e do Preço de cada proposta, será calculado com a aplicação da seguinte fórmula, utilizando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$\text{TÉCNICA} = 70\% \quad / \quad \text{PREÇO} = 30\%$$

$$\text{RPF} = (\text{RPT} \times 7) + (\text{RP} \times 3)$$

Siglas: RPF – Resultado da Pontuação Final / RPT – Resultado da Pontuação Técnica / RP – Resultado de Preços

9.6. Atendidas as condições de julgamento, a empresa vencedora será a que obtiver a maior nota **no Resultado da Pontuação Final (RPF)**.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

9.7. Os critérios de seleção de empresa prestadora de serviço levará em consideração 3 (três) distintas áreas de qualificação, a saber, a **QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA**, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA** e a **EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**.

9.8. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA**, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre a licitante mais bem aparelhada¹ para o desenvolvimento do objeto e atendimento às necessidades da Administração, **correspondendo ao MÁXIMO DE 1 (UM) PONTO e MÍNIMO DE -0,20 (MENOS VINTE CENTÉSIMOS) DE PONTO**, divididos entre os seguintes critérios, na forma do **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar:

9.8.1. Disponibilização de FERRAMENTA TECNOLÓGICA OU OUTRO MEIO utilizado para a elaboração de diagnósticos de políticas públicas: comprovação de que a licitante conta com ferramenta tecnológica ou outro meio adequado e disponível para a finalidade de coletar, tabular, georreferenciar, comparar, armazenar e analisar dados, e oferecer relatórios acerca dos resultados de políticas públicas e ações educacionais municipais – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **memorial descritivo operacional e técnico da ferramenta tecnológica ou do meio utilizado pela**

¹ O termo "aparelhamento" previsto, no inciso III do artigo 67 da Lei federal nº 14.133/2021, deve ser interpretado como a infraestrutura material e tecnológica necessária para a adequada execução do contrato. Isso inclui equipamentos, instalações, ferramentas, softwares, sistemas e quaisquer outros meios físicos ou tecnológicos indispensáveis para o desempenho das atividades contratadas. A melhor interpretação do termo, no contexto da lei, indica que o contratado deve possuir os recursos materiais adequados e suficientes para cumprir suas obrigações, sem depender excessivamente de recursos da administração pública. Isso visa garantir a capacidade operacional do contratado e a eficiência na prestação dos serviços.



empresa, contendo, pormenorizadamente, os requisitos para instalação e utilização da ferramenta, ou as bases de operação para elaboração de diagnósticos, necessários para a implementação da solução.

- Além do memorial descritivo mencionado, a licitante deve **apresentar no mínimo 1 (um) relatório de diagnóstico de monitoramento e avaliação** produzido pela empresa com a utilização da ferramenta tecnológica ou outro meio adequado e disponível.

9.8.2. Disponibilização de SITE ou PERFIL OFICIAL ATUALIZADO: comprovação de que a licitante conta com *site* ou *perfil oficial* atualizado com acesso a conteúdo específico de Direito e Gestão Educacional, para pesquisa de materiais, acesso a informações, fontes normativas da área e subsídios sobre as políticas da educação básica pública – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de declaração da empresa informando o endereço eletrônico de sua página na internet (*site*) ou seu perfil oficial em rede ou plataforma por meio da qual insere e dá divulgação a conteúdo específico de Direito e Gestão Educacional, para navegação e avaliação pela banca.
- Caso o acesso seja limitado a clientes, a licitante deve fornecer login e senha ou outro modo de permissão para acesso único, permitindo a avaliação pela banca.

9.9. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA**, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre o nível de especialização e conhecimentos específicos das licitantes, por meio de comprovação do seu *know-how* e *expertise* para o desenvolvimento do objeto e atendimento às necessidades da Administração, **correspondendo ao MÁXIMO DE 5 (CINCO) PONTOS e MÍNIMO DE -1 (MENOS UM) PONTO**, divididos entre os seguintes critérios, na forma do **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar:

9.9.1. Prestação de serviço de **ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA** na área de direito e gestão educacional contínua a órgãos públicos gestores de redes ou sistemas de ensino, de forma continuada por **períodos sucessivos** – **[Máximo de 2 (dois) pontos e Mínimo de -0,40 (menos quarenta centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação, **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado, versando sobre o objeto consignado no requisito, **bem como os aditivos contratuais** que comprovem a continuidade da prestação durante o período.

9.9.2. Assessoria para a elaboração de **ESTATUTOS E/OU PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO** – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

9.9.3. Assessoria para a elaboração de **PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO** – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.



- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

9.9.4. Prestação de CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO de servidores para **operação de sistemas de gestão dos Governos Federal e Estadual – [Máximo de 1 (um) ponto e Mínimo de -0,20 (menos vinte centésimos) de ponto].**

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

9.9.5. Elaboração de DIAGNÓSTICO sobre política pública educacional, programas, projetos, ações governamentais na área da educação, como subsídio à concepção de planos de políticas públicas, monitoramento de metas e implementação de ações – [Máximo de 1 (um) ponto e Mínimo de -0,20 (menos vinte centésimos) de ponto].

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

9.10. Os critérios de EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre as licitantes quanto à qualificação e experiência de cada membro componente de suas respectivas equipes técnicas, **correspondendo ao MÁXIMO DE 4 (QUATRO) PONTOS e MÍNIMO DE -0,80 (MENOS OITENTA CENTÉSIMOS) DE PONTO, divididos entre os critérios dispostos neste estudo, na forma do seu **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar.**

9.10.1. A licitante deve fornecer **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica** composta por profissionais adequados e disponíveis para a execução do objeto contratual, com a indicação do rol dos profissionais que se responsabilizarão pelos trabalhos, contendo o nome completo, documento de identificação, profissão e o número do registro junto ao conselho profissional competente, se e quando exigível.

9.10.2. Deve haver, no mesmo documento ou em outro, a demonstração de que o profissional consente com sua indicação e se co-responsabiliza pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela licitante, se vencedora.

9.10.3. Só serão analisados e pontuados os documentos de comprovação de experiência relacionados aos **profissionais contidos na Declaração, com ateste da respectiva anuência**.

9.10.4. Para cada profissional, além dos documentos comprobatórios da experiência e qualificação nos termos abaixo, a licitante deve fornecer ainda:

- diploma(s) de curso(s) de graduação superior (são válidos bacharelados, licenciaturas e tecnológicos);



- documento que comprove o registro em conselho profissional ativo (quando for o caso);
- comprovação do vínculo com a empresa, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e
- currículo profissional, preferencialmente emitido pela Plataforma Lattes.

9.11. Os critérios de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** dos membros da equipe técnica são os que seguem:

9.11.1. Participação de **profissional(is) da Educação Básica** com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico, consultor, coordenador ou contratado** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar; ou
 - **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de gestor educacional, ou cargo(s) ou função(ões) técnica(s) na área de gestão de sistema ou rede pública de ensino, **acompanhada da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função, **similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar.
 - Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar.

9.11.2. Participação de **profissional(is) do Direito** (advogado ou bacharel), com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico, consultor, coordenador ou contratado** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar, ainda que firmado(s) por outra empresa, diferente da licitante; ou



- o **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de profissional do direito, na área de direito administrativo e educacional para o sistema ou rede pública de ensino, **acompanhada(s) da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função.
- o Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar.

9.11.3. Participação de profissional(is) da Administração Pública/Gestão Pública, com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** do Estudo Técnico Preliminar.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - o **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico ou consultor** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar, ainda que firmado(s) por outra empresa, diferente da licitante; ou
 - o **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de profissional de Administração Pública/Gestão Pública, **acompanhada(s) da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função.
 - o Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** do Estudo Técnico Preliminar.

9.12. Os critérios de QUALIFICAÇÃO dos membros da equipe técnica são os que seguem:

9.12.1. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA dos profissionais integrantes da equipe técnica, com comprovação conforme o campo de formação aderente ao objeto, na conformidade da tabela abaixo – **MÁXIMO DE 2,5 (DOIS E MEIO) PONTOS e MÍNIMO DE -0,50 (MENOS MEIO) PONTO.**

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - o **Certidão(ões), certificado(s) de conclusão ou diploma(s)** emitidos e registrados nos termos da legislação vigente e **acompanhados do histórico do curso.**



- **Só serão analisados e pontuados** os documentos de comprovação da qualificação acadêmica **relacionados aos profissionais** contidos na **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica**, com ateste da anuência com a indicação, nos termos do **subitem 7.10** do Estudo Técnico Preliminar.
- Os documentos serão consultados quanto à sua autenticidade, validade e pertinência, pela banca citada no **subitem 7.3** do Estudo Técnico Preliminar, junto ao Sistema Regulador do Ensino Superior – e-MEC e Plataforma Sucupira – Capes.
- Serão considerados aderentes ao objeto os cursos e programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* conforme tabela de correlação entre os trabalhos e ações e respectivas áreas de estudo abaixo:

CAMPOS DE FORMAÇÃO ADERENTES	QUADRO DO SUBITEM 4.1 (TRAB./AÇÃO)	MESTRADO/DOCTORADO ADERENTE	ESPECIALIZAÇÃO/MBA ADERENTE
Gestão Pública / Gestão Educacional	A, B, C, D, F, H, J	Mestrado/Doutorado em Educação Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica;▪ Gestão de Sistemas Educacionais;▪ Planejamento e Avaliação Educacional;▪ Avaliação Institucional e Qualidade da Educação; ou▪ Gestão Democrática e Participação Social.	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Gestão Pública;▪ Gestão Pública Municipal;▪ Gestão Educacional;▪ Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica;▪ Gestão Escolar – Administração e Supervisão; e▪ Planejamento Educacional. MBA em: <ul style="list-style-type: none">▪ Gestão da Educação Pública; e▪ Gestão Pública
Direito Administrativo e Educacional	D, E, F, G, I	Mestrado/Doutorado em Direito do Estado ou em Direito Público Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Administrativo e Políticas Públicas;▪ Direito à Educação e Regulação Educacional;▪ Estado, Constituição e Sociedade;▪ Direitos Fundamentais e Inclusão;▪ Controle da Administração Pública; ou▪ Direito e Gestão Pública.	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Educacional;▪ Direito Constitucional e Administrativo;▪ Direito Administrativo;▪ Direito Público com ênfase em Direito Administrativo; e▪ Direito Público com ênfase em Direito Educacional. MBA em: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Educacional.
Políticas Públicas e Planejamento	A, B, G, H, J	Mestrado/Doutorado em Gestão de Políticas Públicas; em Administração Pública; ou Políticas Públicas	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Políticas Públicas;▪ Políticas Públicas e



CAMPOS DE FORMAÇÃO ADERENTES	QUADRO DO SUBITEM 4.1 (TRAB./AÇÃO)	MESTRADO/DOCTORADO ADERENTE	ESPECIALIZAÇÃO/MBA ADERENTE
		<p>Linhas de Pesquisa Aderentes:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planejamento Governamental e Avaliação de Políticas;▪ Governança Pública e Inovação;▪ Políticas Educacionais e Sociais;▪ Estado, Sociedade e Políticas Públicas; ou▪ Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas.	<p>Gestão Governamental;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;▪ Planejamento e Gestão de Políticas Públicas;▪ Avaliação de Programas Governamentais;▪ Governança e Accountability no Setor Público; e▪ Planejamento Estratégico Governamental. <p>MBA em: Políticas Públicas.</p>
Controle, Avaliação e Compliance	F, I, J	<p>Mestrado em Administração Pública; Direito com ênfase em Controle e Regulação; ou Educação com ênfase em Avaliação Educacional</p> <p>Linhas de Pesquisa Aderentes:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais;▪ Indicadores de Desempenho e Qualidade;▪ Auditoria, Controle Interno e Externo;▪ Governança, Transparência e Integridade;▪ Compliance e Responsabilidade Técnica; ou▪ Avaliação Institucional e Gestão por Resultados	<p>MBA em:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Compliance;▪ Avaliação de Políticas Públicas; e▪ Gestão por Resultados.

- Os cursos de pós-graduação (*lato sensu*) corresponderão a **0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto para cada curso comprovado por integrante da equipe técnica.**
- Os cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) corresponderão a **0,50 (meio) ponto para cada curso comprovado por integrante da equipe técnica.**
- Caso a equipe técnica da licitante **não comprove** qualquer formação em nível de **pós-graduação válida**, nos termos do Estudo Técnico Preliminar, terá atribuído **-0,50 (menos meio) ponto.**
- Não haverá limite ou número máximo ou mínimo de certificados de cursos ou programas de pós-graduação a comprovar. Contudo, a pontuação total da equipe técnica da licitante será de, no **Máximo 2,5 (dois e meio) ponto e mínimo de -0,50 (menos meio) ponto para a equipe.**



VALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA LICITANTE

9.13. Na apresentação de documentos pela licitante, em qualquer fase do certame e, em especial, em relação à documentação comprobatória da sua PROPOSTA TÉCNICA, e emissão da sua PROPOSTA DE PREÇO, serão observados os parâmetros contidos no artigo 12 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.14. Quando adotada a prova de autenticidade por advogado, conforme parte final do inciso IV do artigo 12 da Lei federal nº 14.133/2021, será suficiente o fornecimento de uma única declaração de autenticidade para todos os documentos apresentados pela licitante no âmbito do processo licitatório.

10. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para esta contratação, considerando o período de 36 (trinta e seis) meses, é de **R\$ 405.900,96** (quatrocentos e cinco mil, novecentos reais e noventa e seis centavos), conforme apresentado no **Anexo C** do Estudo Técnico Preliminar. 1.1.

As pesquisas de preços realizadas, conforme descritas no referido anexo, foram consideradas na estimativa de custos deste Termo de Referência, pois entende-se que refletem os valores praticados no mercado e atendem aos princípios da economicidade e eficiência administrativa. Assim, por serem representativas do atual cenário de mercado, a realização de nova pesquisa de preços é considerada desnecessária.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta da ficha/despesa orçamentária: **497 – ENSINO FUNDAMENTAL**. A consulta orçamentária, com as informações detalhadas, está devidamente anexada aos autos do processo.



Prefeitura Municipal de Pedreira

46.410.775/0001-36

Exercício: 2026

LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA
SITUAÇÃO ATÉ 13/03/2026

Página 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Com Reserva
FICHAS ORÇAMENTÁRIAS								
4				Prefeitura Municipal de Pedreira				
02				PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA				
02 10				SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO				
021003				DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
12				Educação				
12 361				Ensino Fundamental				
12 361 0007				Educação Básica				
12 361 0007 2132 0000				Operacionalização das Escolas de Ensino Fundamental - Primeira Infância				
497				3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	847.500,00	90.000,00	0,00	937.500,00
	0.01.00	220.000		ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f	810.517,54			126.982,46
					0,00			126.982,46
TOTAL ORÇAMENTARIO					847.500,00	90.000,00	0,00	937.500,00
					810.517,54			126.982,46
					0,00			126.982,46
TOTAL GERAL					847.500,00	90.000,00	0,00	937.500,00
					810.517,54			126.982,46
					0,00			126.982,46

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Mariangela Aparecida de Oliveira Rodrigues

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

**ANEXO II****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES (SERVIÇO CONTÍNUO).****INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Os Estudos Técnicos Preliminares são necessários para análise de viabilidade da contratação, elencando elementos essenciais para compor o Termo de Referência, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A crescente complexidade da gestão pública educacional impõe desafios significativos às administrações municipais, exigindo um elevado nível de especialização técnica em campos variados para assegurar a efetividade das políticas públicas, a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas e legais. O direito à educação, consagrado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, impõe ao Poder Público o dever de garantir educação de qualidade, o que demanda planejamento, acompanhamento e gestão eficiente. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação de Pedreira necessita de **suporte especializado nas áreas de direito educacional e gestão educacional**, possibilitando uma tomada de decisões fundamentada e um assessoramento técnico qualificado para formulação de diretrizes, normatizações e ações estratégicas, incluindo a criação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e a instituição do Fórum Municipal dos Conselhos Escolares, entre outros normativos.

Considerando o regime de colaboração na organização dos sistemas de ensino entre as distintas esferas federativas, e o papel central e multifacetado da União – com função de coordenar e articular a política nacional, estabelecer diretrizes e legislar sobre Educação, redistribuir e suprir recursos, e criar e manter instâncias de negociação e cooperação (art. 211, § 1º, CRFB) –, aos demais entes federados resta a promover o efetivo funcionamento de suas redes de ensino, num esforço de execução altamente dependente dos mecanismos de direcionamento e financiamento advindos do Governo Federal, manejando processos altamente complexos e burocráticos.

A Secretaria Municipal de Educação desempenha um amplo conjunto de funções essenciais, incluindo a gestão do Plano Municipal de Educação (PME), a gestão de pessoas – em especial dos profissionais da educação –, a administração de programas de financiamento, a regulamentação da política educacional municipal, a organização dos conselhos e colegiados educacionais, além da formação dos respectivos membros, como o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACCS-Fundeb), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o Conselho Municipal de Educação (CME) entre outros colegiados. Além disso, a Secretaria tem papel estratégico na formulação, acompanhamento e execução do novo Plano



de Ações Articuladas (Simec/PAR-2025), do programa Escola de Tempo Integral e da iniciativa Educação Conectada, entre muitos outros.

Nesse contexto, a contratação de assessoria e consultoria técnica especializada em assuntos jurídico-administrativos e educacionais se justifica pela necessidade de assegurar conhecimento jurídico-administrativo e técnico, especialmente no que se refere ao atendimento das exigências impostas pelos programas federais e estaduais, à gestão de recursos educacionais, à regulação da política, e à orientação e suporte para decisões e ações em conformidade com a legislação vigente.

O suporte fornecido por uma consultoria especializada torna-se essencial para, dentre outros objetivos, contribuir, na **perspectiva do interesse público e dos resultados pretendidos por meio da contratação**, com:

- **Diagnóstico e avaliação da gestão e das políticas educacionais municipais:**
 - Fornecimento de informações estratégicas para planejamento e tomada de decisões;
 - Subsídios técnicos para formulação e aprimoramento das políticas públicas educacionais;
 - Apoio na implementação e monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), da Política Municipal de Educação Integral (PMPI) e do Plano Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (PMEITI).
- **Capacitação e formação de agentes públicos:**
 - Treinamento especializado para gestores escolares, técnicos administrativos e conselheiros educacionais;
 - Suporte à operacionalização de sistemas de gestão educacional e à adesão a programas federais e estaduais;
 - Consultoria para gestão do Fundeb, incluindo as condicionalidades para o recebimento da cota VAAR-Fundeb e a correta aplicação dos recursos.
- **Formulação e adequação de normativos educacionais municipais:**
 - Atualização e alinhamento das normas municipais com a legislação educacional vigente, considerando as alterações normativas frequentes;
 - Revisão e modernização do plano de carreira do magistério à luz da Lei Federal n.º 14.817/2024;
 - Reformulação das diretrizes para valorização dos profissionais da educação e aperfeiçoamento da estrutura funcional da Secretaria.
- **Apoio à gestão democrática e fortalecimento dos colegiados educacionais:**
 - Capacitação de conselheiros educacionais para atuação eficiente no controle social e fiscalização da aplicação de recursos;
 - Elaboração de diretrizes para garantir a efetividade dos conselhos escolares e a participação da comunidade na gestão educacional;
 - Adequação dos conselhos escolares, instituição do Fórum Municipal dos Conselhos Escolares, em atendimento ao artigo 14 da LDB e suporte à sua implantação e funcionamento.
- **Acompanhamento jurídico-administrativo e suporte na condução de processos administrativos:**
 - Assessoria técnica na resolução de questões jurídicas complexas relacionadas à gestão educacional;



- Consultoria especializada para garantir conformidade com as exigências dos órgãos de controle e evitar penalidades decorrentes de falhas administrativas.
- **Acesso a consultoria especializada e suporte contínuo:**
 - Atendimento personalizado por profissionais qualificados, garantindo segurança jurídica e eficiência administrativa;
 - Disponibilização de informações atualizadas sobre normativas educacionais e mudanças legislativas que impactam a gestão municipal de ensino.

Os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, têm reforçado a necessidade de capacitação dos gestores e conselheiros que atuam na fiscalização da aplicação dos recursos educacionais. A formação desses agentes públicos é essencial para evitar inconsistências na execução dos programas e garantir conformidade com os requisitos legais e técnicos que asseguram a continuidade dos repasses de recursos federais e estaduais ao município.

Dessa forma, a contratação de assessoria e consultoria técnica especializada permitirá que a Secretaria Municipal de Educação desempenhe suas funções de maneira mais eficiente, reduzindo riscos de inconformidade legal e assegurando a implementação das políticas públicas educacionais com qualidade, transparência e segurança jurídica. Trata-se, portanto, de um investimento estratégico e essencial para o aprimoramento da gestão educacional e para o fortalecimento da rede pública de ensino no município de Pedreira.

Diante do exposto, a necessidade da contratação de serviço técnico especializado está amplamente justificada, respaldando a realização de procedimento licitatório para viabilizar a prestação do serviço requerido.

Cumprir registrar que o objeto da presente contratação já foi submetido a procedimento licitatório anterior, referente à Concorrência nº 06/2025 – Processo Licitatório nº 28/2025, o qual restou fracassado em razão do não atendimento, pela pessoa jurídica classificada, da totalidade das condições editalícias, não tendo cumprido plenamente os parâmetros e exigências estabelecidos. Por essa razão, não foi possível adjudicar o objeto, permanecendo, contudo, inalterada a necessidade administrativa que motivou a abertura do certame.

Diante disso, a Administração realizará a republicação do edital, com os ajustes necessários para aprimorar as condições do certame, garantindo ampla participação de interessados e observando rigorosamente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência, a fim de assegurar a efetiva contratação do objeto e o pleno atendimento ao interesse público.

Fundamentação legal: Inciso I do §1º do art.18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso I do §1º do art.4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Município de Pedreira ainda não implementou o instrumento de PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL, tendo instituído Comissão específica para essa finalidade, que segue atuando para a elaboração do documento final a ser apresentado e cadastrado nos portais oficiais públicos.

Entretanto, a presente contratação encontra respaldo no planejamento das respectivas Secretarias envolvidas, presentes nas peças orçamentárias anteriores (PPA e LDO) e está em perfeita consonância com os atuais orçamentos das Secretarias assistidas. Assim, o princípio do planejamento está respeitado, independente da confecção do PCA.



Nesse sentido, temos o seguinte posicionamento a ser destacado:²

“Apesar do reconhecimento da importância do PCA para o aprimoramento da gestão pública, é necessário avaliar a base normativa que sustenta sua obrigatoriedade. O texto da Lei nº 14.133/2021, ao dispor sobre o tema, utiliza o verbo “poderão” ao prever a elaboração do Plano de Contratação Anual, reservando aos entes federados a discricionariedade quanto à sua confecção. A ausência de termos como “preferencialmente” ou “deverão” reforça a conclusão de que não há obrigação legal para a criação do PCA.”

Essa facultrabalho encontra-se adequada à percepção do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que os entes federativos devem gozar de certa liberdade para regular assuntos de forma distinta.”

Vale frisar, a Prefeitura Municipal de Pedreira, em que pese a não obrigatoriedade do documento, irá providenciar elaboração e publicação do Plano de Compras Anual. Esta aquisição, no entanto, planejada com antecedência e em respeito as peças orçamentárias, será realizada antes da conclusão do PCA.

Fundamentação legal: caput, inciso II do §1º do art.18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso I do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SERVIÇO CONTÍNUO

3.1. Por meio do presente estudo torna-se evidente que o serviço técnico especializado que se deseja contratar tem caráter predominantemente intelectual. Em razão disto, endende-se que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes para assegurar os fins pretendidos pela Administração. Desconsiderar essa ponderação pode significar, no caso do objeto pretendido, uma contratação que não atenda a contento as necessidades da Administração, revelando-se dispendiosa em relação ao resultado almejado.

- **Importa destacar que, ao tratar da contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, a Lei federal nº 14.133/2021 é expressa no sentido de que o critério de julgamento de técnica e preço “...deverá ser preferencialmente empregado” (art. 36, § 1º, I da Lei federal nº 14.133/2021).**

SUBCONTRATAÇÃO

3.2. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do serviço.

A prestação dos serviços técnicos especializados em direito e gestão educacional exige expertise específica e continuidade na execução, sendo essencial que a contratada possua capacidade técnica própria, sem delegação a terceiros. A subcontratação poderia comprometer a qualidade, a uniformidade e a segurança jurídica das orientações prestadas à Secretaria Municipal de Educação de Pedreira.

Além disso, no caso de serviços de natureza intelectual, a subcontratação total ou parcial do objeto tende a gerar sobrepreço e precarização da prestação do serviço, onerando a Administração Pública. Assim, em observância ao interesse público e à eficiência administrativa (art. 11, I e III da Lei federal nº 14.133/2021), veda-se a subcontratação total ou parcial dos serviços.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

² <https://www.conjur.com.br/2024-dez-19/plano-de-contratacao-anual-pca-e-a-definicao-extralegal-de-sua-obrigatoriedade/#:~:text=A%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20do%20PCA%2C%20apesar,administrativa%20de%20cada%20ente%20federado.>



3.3. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

O consórcio, como instrumento de atuação empresarial, pode gerar efeitos indesejáveis, especialmente quando resulta na eliminação da concorrência entre os participantes e no risco de domínio de mercado. A formação de consórcios pode reduzir a competitividade do certame, restringindo o número de concorrentes e comprometendo a disputa de forma saudável. Além disso, para a decisão, a Administração Pública pode considerar as condições dos serviços exigidos conforme as dimensões e complexidade do objeto, verificando se apenas um número restrito de empresas atenderia às exigências da licitação.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas reconhece que a participação de consórcios deve ser admitida em licitações para serviços de grande vulto econômico e elevada complexidade tecnológica, quando a junção de esforços for essencial para atender ao interesse público. O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou nesse sentido, conforme o Acórdão nº 22/2003-Plenário:

"A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questão de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Na prestação de serviços comuns, é da discricionariedade do gestor a possibilidade de participação ou não de consórcios."

Dessa forma, embora a Lei federal nº 14.122/2021 tenha estabelecido a participação de consórcios como regra, ela deve ser reservada para contratações em que a atuação isolada de empresas comprometeria o êxito do processo licitatório e a qualidade da prestação do serviço.

No entanto, no caso específico do objeto a ser licitado, não há justificativa para a formação de consórcios, pois em que pese os serviços em questão se caracterizarem pelo alinhamento de conhecimentos profissionais e experiências, não exigem tecnologias sofisticadas, técnicas complexas, tampouco envolvem uma multiplicidade de áreas do conhecimento, restringindo-se ao campo da gestão da educação e do direito educacional, conexos entre si. Portanto, não carecem da união de esforços e expertises de diferentes empresas para sua adequada execução. Apenas uma empresa, de forma independente, poderá prestar o serviço com a qualidade necessária, existindo multiplicidade de alternativas no mercado.

Ademais, não há necessidade de reunir empresas com especializações distintas para atender ao objeto da licitação. Os serviços demandados são conexos e interdependentes, coexistindo na atuação de empresas especializadas.

Importante destacar que a vedação à participação de empresas em consórcio não restringe a competitividade. Pelo contrário, amplia-a, pois permite a participação individual de um maior número de empresas, intensificando a concorrência entre os licitantes.

Cabe ressaltar ainda que a decisão de permitir ou vedar consórcios em licitações é uma prerrogativa do administrador público, conforme estabelecido no art. 15 da Lei federal nº 14.133/2021, que confere discricionariedade ao ente administrativo para definir essa questão nos instrumentos convocatório, desde que haja justificativa, como é o caso.

Diante dos fundamentos expostos e considerando que há diversas empresas capazes de executar os serviços licitados, opta-se por vedar a participação de empresas reunidas em consórcio neste certame. Essa medida visa garantir a igualdade entre os participantes e evitar a formação de consórcios que possam comprometer os objetivos da concorrência.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.4. Não poderão ser contratadas empresas que ostentem condenações ambientais como poluidoras, desmatadoras ou quaisquer outras condutas que tenham resultado em imposição de sanção por infração ambiental;



HABILITAÇÃO

3.5. Na presente licitação, **NÃO HAVERÁ inversão da fase de habilitação**, apurando-se o preenchimento dos requisitos somente da licitante que se sagrar vencedora.

3.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

3.6.1. Atestado de Capacidade Técnica: comprovação de aptidão técnica para desempenho de trabalho pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os estabelecidos neste estudo, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou serviço compatível, especialmente, com as parcelas de maior relevância do objeto da licitação discriminadas neste estudo. Tal solicitação encontra respaldo legal no Art. 67, § 1º da Lei federal nº 14.133/2021, que trata da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional;

- Por se tratar de serviço destinado ao aprimoramento da atividade administrativa, cuja necessidade se revela prolongada no tempo, deve-se exigir que o atestado demonstre que o licitante tenha executado **serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos.**
- Busca-se, com isto, habilitar licitante apta a cobrir toda a extensão do serviço que se deseja contratar, comprovando sua capacidade de manter equipe adequada e as condições de habilitação que permitiram a sua contratação, por período prolongado. Essa exigência encontra respaldo no § 5º do art. 67, da Lei federal nº 14.133/2021.
- Este(s) atestado(s) deve(m) ser redigido(s) em papel timbrado e assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) e/ou responsável(eis) da(s) empresa(s) privada(s) ou órgão(s) público(s) emissor(es);
- Cada documento apresentado deve descrever a lista dos serviços que a empresa executou, especificando as quantidades, a duração e o período do contrato, a época da execução, a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado.
- Cada documento apresentado também deve conter a razão social, o CNPJ, o endereço e as informações de contato tanto de quem emite o atestado quanto da empresa licitante;
- O(s) atestado(s) deve(m) referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente.
- O(s) atestado(s) de capacidade técnica pode(m) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa licitante e, ainda, de uma e de outra, conjuntamente;
- A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local em que foram prestados os serviços, entre outros;

3.6.2. Será admitido, para fins de **comprovação das parcelas de maior relevância do objeto da licitação** identificadas neste documento, a apresentação e o somatório de **diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante**, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional,



a uma única contratação. No entanto, a somatória só será válida desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

3.7. As parcelas de maior relevância contempladas pelo objeto da contratação, para fins de comprovação de capacidade técnica pela licitante, são:

3.7.1. Prestação de **serviço técnico especializado em direito educacional e gestão educacional** para órgãos públicos gestores de redes ou sistemas de ensino, por períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos;

3.7.2. Assessoramento para **elaboração de planos municipais de educação, contemplando o fornecimento de diagnóstico, a regulamentação das instâncias de acompanhamento, monitoramento e avaliação** da implementação;

3.7.3. Consultoria especializada e formação de técnicos e gestores para a **operacionalização de plataformas/sistemas de gestão dos Governos Federal e Estadual**, para adesão e pactuação de programas, transferências de recursos, prestação de contas outros por períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.8. Indicação do pessoal técnico: comprovação de que possui equipe técnica adequada, qualificada e disponível para a realização do objeto da licitação, por meio de **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica** expedida pela licitante.

3.8.1. A apresentação da referida declaração poderá ser suprida pelo documento exigido para comprovação do critério de QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA, acompanhada da documentação acessória, nos termos do **subitem 7.10.1** do estudo técnico preliminar.

DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

3.9. A equipe técnica da empresa vencedora deverá ser composta por, no mínimo, 1 (um) de cada dos seguintes profissionais:

3.9.1. Advogado ou bacharel em Direito, em qualquer caso, **pós-graduado** *lato* ou *stricto sensu*, em **Direito Educacional** (curso de especialização) ou em **Educação** (programa de mestrado ou de doutoramento);

3.9.2. Administrador público, ou Administrador **pós-graduado** *lato* ou *stricto sensu*, em **Gestão Pública** (curso de especialização), ou **Administração Pública e Governo** (programa de mestrado ou de doutoramento);

3.9.3. Pedagogo **pós-graduado** *lato* ou *stricto sensu*, em **Gestão Educacional/Gestão Escolar** (curso de especialização ou MBA), ou em **Gestão de Políticas Públicas** (programas de mestrado ou de doutoramento).

3.10. Será considerada apenas uma área de formação acadêmica/habilitação profissional por integrante da equipe técnica. Considerando o volume dos trabalhos e ações abrangidos pelo objeto, busca-se, com essa medida, ampliar a quantidade de profissionais adequados, qualificados e disponíveis para o atendimento da CONTRATANTE, evitando que a execução contratual se torne dependente de um só ou de um número ainda mais reduzido de profissionais. Além disso, pretende-se, assim, assegurar a reunião de conhecimentos e experiências



especializadas, assegurando a qualidade do serviço.

3.11. A Declaração de Disponibilidade se Equipe Técnica deve estar instruída por, no mínimo, os seguintes documentos, em relação a cada profissional indicado:

- 3.11.1.** Diplomas de graduação de nível superior na área de habilitação profissional, expedido na conformidade das normas vigentes por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), e devidamente registrados;
- 3.11.2.** Certidões ou diplomas de cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu complementar, quando necessário, expedidos segundo as normas vigentes por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC);
- 3.11.3.** Registro ativo do indicado junto ao conselho profissional competente, quando for o caso;
- 3.11.4.** Comprovação do vínculo de cada profissional indicado com a empresa licitante, por meio da apresentação do contrato social, de registro na carteira profissional, da ficha de empregado ou do contrato de trabalho ou do contrato de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços. As formas de comprovação do vínculo profissional com a empresa licitante encontra respaldo na Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

3.12. Os cursos ou programas de pós-graduação apresentados serão objeto de validação junto à plataforma e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, e Plataforma Sucupira/CAPES no caso dos programas de mestrado e doutoramento.

3.13. Os profissionais indicados pelo licitante, na forma do inciso III do caput do art. 67 da Lei federal nº 14.133/2021, deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de qualificação e experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

3.14. Deverão ser exigidos pelo edital da licitação, os documentos de praxe para a comprovação da **qualificação jurídica e qualificação fiscal, social e trabalhista**.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.15. A empresa deverá comprovar que possui plena **condição econômico-financeira de executar o contrato integralmente até seu término**, em situação de estabilidade financeira que lhe permita suportar os riscos previsíveis e ordinários de qualquer tipo de negócio sem causar impacto negativo no cumprimento do objeto contratado, nos termos do disposto pelo artigo 69 da Lei federal nº 14.133/2021. A licitante deverá, dessa forma, apresentar:

- 3.15.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
 - A demonstração da boa situação financeira será realizada de forma objetiva, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, com as alterações introduzidas posteriormente, comprovando que a licitante possui os seguintes Índices



Contábeis:

1. ILG = igual ou superior a 1,00
2. ILC = igual ou superior a 1,00
3. IE = igual ou inferior a 0,50
 - o Tais índices serão calculados conforme segue:
1. $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
2. $ILC = (AC / PC)$
3. $IE = (PC + ELP / AT)$

ONDE:

*ILG = Índice de Liquidez Geral;
*ILC = Índice de Liquidez Corrente;
*AC = Ativo Circulante;
*IE = Índice de Endividamento;
*PC = Passivo Circulante;
*RLP = Realizável a Longo Prazo;
*ELP = Exigível a Longo Prazo; e
*AT = Ativo Total.

- **Somente serão habilitadas no presente certame as empresas que apresentarem os Índices Mínimos e Máximos exigidos. Essas condições deverão fazer parte do Edital a ser elaborado.**

3.15.2. Comprovação de que a empresa licitante possui capital social com valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor formulado em sua proposta de preços.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.16. São obrigações da CONTRATADA, de impreterível observância:

- 3.16.1.** Executar o serviço previsto no objeto de acordo com o detalhamento expresso no presente Estudo Técnico Preliminar (E.T.P.), observando rigorosamente as normas contidas neste estudo;
- 3.16.2.** Comunicar imediatamente o CONTRATANTE qualquer ocorrência ou anormalidade na prestação do serviço objeto da contratação, inclusive e especialmente a substituição de integrantes da equipe técnica;
- 3.16.3.** Prestar todos os esclarecimentos técnicos e pertinentes que lhe forem solicitados, relacionados com as ações e os trabalhos inerentes ao serviço prestado;
- 3.16.4.** Ajustar, corrigir, retificar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço contemplado no objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do E.T.P. e à matéria de especialidade da empresa;
- 3.16.5.** Assumir total responsabilidade sobre o desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao serviço objeto deste E.T.P. e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- 3.16.6.** Manter durante toda execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas;
- 3.16.7.** Assumir todos os custos e despesas, diretos e indiretos, implicados ou decorrentes da prestação do serviço objeto da contratação, sem qualquer ônus, corresponsabilização ou comunicação de obrigações de quaisquer naturezas à CONTRATANTE;



- 3.16.8.** Atender, em sua integralidade, as leis, decretos, portarias, resoluções, normativas e demais peças legais que façam parte do escopo, desde que sejam aplicáveis ao serviço objeto deste estudo e às ações e trabalhos da licitante vencedora do certame;
- 3.16.9.** Garantir a prestação contínua do serviço técnico especializado objeto da contratação durante todo o período contratual, assegurando que não ocorram interrupções no atendimento à CONTRATANTE durante sua vigência;
- 3.16.10.** Responsabilizar-se pelas condições de trabalho do pessoal de sua equipe técnica, em especial dos equipamentos de uso pessoal, materiais, meios de deslocamentos, hospedagens e alimentação, quando necessários e decorrentes da prestação do serviço de forma presencial;
- 3.16.11.** Responsabilizar-se pelas condições de atendimento remoto, em especial pelo uso de tecnologias de comunicação, mantendo a CONTRATANTE informada sobre eventuais alterações de endereços eletrônicos, números de telefone ou mudança de aplicativos ou plataformas de videoconferência;
- 3.16.12.** A CONTRATADA será a única responsável pela prestação do serviço, sendo que no preço contratado já deverão estar incluídos todos os custos e despesas da operação;
- 3.16.13.** A CONTRATADA deverá prestar o serviço objeto deste estudo de modo presencial e remoto, síncrono e assíncrono para o desenvolvimento do serviço técnico especializado, compreendendo as ações e trabalhos previstos no **subitem 4.1** destes estudos, sendo:
- 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas presenciais de atuação dos profissionais da equipe técnica da CONTRATADA, durante a vigência contratual, prestadas na sede da CONTRATANTE ou em local por ela indicado, munidos dos equipamentos de uso pessoal (notebooks, smartphones) e materiais indispensáveis às suas ações e trabalhos;
 - 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas em atendimentos remotos síncronos e assíncronos, com o uso de canais de comunicação (telefone, aplicativos de mensagem de uso comum, correio eletrônico e plataformas de videoconferência), e no desenvolvimento de outras ações e trabalhos técnicos que compõem o serviço objeto da contratação; e
 - 10 (dez) trabalhos complexos, de acordo com o previsto no quadro do subitem 4.1 deste estudo.
- 3.16.14.** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do art. 121 da Lei federal nº 14.133/2021;
- 3.16.15.** As consultas formuladas pela CONTRATANTE deverão, quando necessário, ser respondidas por escrito no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo ser acordado outro prazo entre as partes, a depender da extensão e complexidade do caso ou da matéria, bem como da solução que a demanda exigir;
- 3.16.16.** O CONTRATANTE só aceitará a(s) mudança(s) do(s) profissional(is) da equipe técnica após apresentação de pedido fundamentado e justificado por parte da CONTRATADA, mediante aprovação da Secretaria Municipal da Educação, desde que a substituição se dê por outro profissional adequado e de qualificação técnica e experiência igual ou superior às do profissional substituído;
- Para substituição de integrante de sua equipe técnica, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência de fato superveniente que tenha tornado impossível a



continuidade da atuação do profissional indicado anteriormente, apresentando o substituto, e submetendo ao crivo da CONTRATANTE todos os documentos previstos no **subitem 3.12** da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA prevista neste estudo e a experiência do profissional substituto, que deverão ser iguais ou superiores à do substituído.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.17. São obrigações da CONTRATANTE, de impreterível observância:

- 3.17.1.** Fornecer todos os dados e informações necessárias à completa e correta prestação do serviço e execução do objeto contratual;
- 3.17.2.** Responsabilizar-se pela infraestrutura, materiais e equipamentos necessários à realização das ações e trabalhos da CONTRATADA prestados presencialmente na sede da CONTRATANTE ou em local por ela indicado, em especial, equipamentos de som e multimeios, material de apoio a participantes das ações de formação e reuniões de trabalho, bem como responsabilizar-se pela divulgação, convocação de agentes, recepção, listas de presença e *coffee break* (se assim julgar necessário);
- 3.17.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, bem como fornecer atestado de prestação de serviços quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- 3.17.4.** Comunicar a CONTRATADA, por meio dos gestores do contrato, sobre os feriados locais e pontos facultativos decretados no Município que possam alterar as datas de entrega e as ações e trabalhos presenciais. Isso deverá ser feito a cada pedido emitido pela CONTRATANTE e enviado à CONTRATADA, sempre que for o caso, durante todo o período de vigência do contrato.

DO PRAZO DO SERVIÇO

3.18. A prestação do serviço dar-se-á pelo período de 36 (trinta e seis) meses, começando a partir do próximo dia útil do término do fluxo de assinaturas do instrumento contratual ou em outra data a ser informada pela Divisão de Contratos e Aditivos deste Município;

3.19. O prazo de prestação do serviço poderá ser sucessivamente prorrogado, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/2021, visto se tratar de serviço contínuo e inerente à manutenção dos trabalhos.

DA FORMA, PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.20. O cumprimento do objeto deste estudo dar-se-á sob demanda da CONTRATANTE e segundo a priorização de ações e de trabalhos estabelecidos em Cronograma pactuado entre as partes em até 60 (sessenta) dias de vigência contratual, após o fornecimento de diagnóstico situacional da gestão da Secretaria Municipal de Educação, previsto no quadro que contém o detalhamento do serviço técnico especializado objeto da contratação.

3.20.1. O Cronograma pode ser alterado a qualquer tempo, em razão de inovações normativas ou outros acontecimentos alheios à vontade e influência/interferência da CONTRATANTE, que determinem alteração do interesse administrativo e público, ou da CONTRATADA, desde que aceitos pela contratante, sem prejuízo de seus interesses.

3.21. O serviço será prestado nos seguintes locais e condições, durante a vigência contratual:

3.21.1. 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas presenciais de atuação dos profissionais da equipe técnica da CONTRATADA, prestadas na sede da CONTRATANTE ou em local por ela indicado, munidos dos equipamentos de uso pessoal (notebooks, smartphones) e materiais indispensáveis às suas ações e trabalhos, em especial para encontros de formação continuada e atualização de técnicos, gestores, membros de



conselhos e outros colegiados; participação em reuniões de trabalho; orientação a comissões ou comitês técnicos; ações de consultoria; acompanhamento de audiências públicas e outros eventos similares e afetos ao objeto da contratação; levantamento de dados e informações; apresentação de diagnósticos; e outras ações ou trabalhos decorrentes da prestação do serviço para os quais a atuação presencial se torne imprescindível;

3.21.2. 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas em atendimentos remotos síncronos e assíncronos, com o uso de canais de comunicação (telefone, aplicativos de mensagem de uso comum, correio eletrônico e plataformas de videoconferência), disponíveis durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação de Pedreira, durante toda a vigência contratual, em especial para: orientação na condução de processos administrativos e suporte ao processo decisório; esclarecimento de dúvidas, consultas pontuais com ou sem necessidade de formalização de pareceres; reuniões de trabalho remotas; transmissão de informações atualizadas sobre os aspectos jurídicos, administrativos e normativos, bem como de lançamentos e inovações em programas e projetos governamentais etc., e ainda para o desenvolvimento de trabalhos técnicos e ações que compõem o serviço objeto da contratação, dentre os quais: elaboração de pareceres, orientações e notas técnicas; minutas de projetos de leis e atos normativos; análise de processos administrativos; subsídios para manifestações formais da CONTRATANTE, estudos e formalização de relatórios, entre outros; e

3.21.3. 10 (dez) trabalhos complexos, de acordo com o previsto no quadro do subitem 4.1 deste estudo, consistentes em diagnósticos e projetos de leis complexos, dispondo sobre a carreira dos profissionais do magistério, planos e políticas municipais, entre outros.

3.22. A comprovação da prestação do serviço será realizada a cada 30 (trinta) dias sucessivos, através de relatório de serviço, contendo a descrição dos trabalhos e ações desenvolvidas no período, instruído pelas seguintes evidências (exemplos):

3.22.1. Atas ou memórias de reuniões presenciais, listas de presença e fotos de formações realizadas na sede da CONTRATANTE, certidões de comparecimento, entre outros meios aptos, avençados entre as partes, indicando a data, local e período de duração do atendimento e a(s) assinatura(s) do(s) profissional(is) da CONTRATADA e de agente(s) público(s) da CONTRATANTE;

3.22.2. Registro de ações de atendimento e trabalhos previstos em Cronograma ou demandas pela CONTRATANTE em consultas endereçadas por canal de comunicação eletrônico; pela gravação de atendimentos síncronos realizados por plataforma de videoconferência, desde que solicitado ou autorizado pela CONTRATANTE; e outras comunicações e ações de iniciativa da CONTRATADA, efetivadas remotamente.

3.22.3. Relatório indicando os documentos produzidos para o atendimento às ações e aos trabalhos demandados pela CONTRATANTE ou previstos em Cronograma, de forma sequencial e cronologicamente organizados.

- As demandas não previstas ou especificadas em Cronograma serão formalizadas pela CONTRATANTE por meios próprios, pactuado o prazo para execução e entrega de acordo com a extensão e complexidade da ação ou trabalho a ser desenvolvido;
- Havendo dificuldade para o cumprimento do prazo de entrega avençado, a CONTRATADA deve comunicar imediatamente o gestor de contrato indicado



pela CONTRATANTE, justificando a ocorrência e indicando novo prazo, que poderá ser ou não aceito;

- Os trabalhos e ações desenvolvidas pela CONTRATADA serão entregues através dos canais de comunicação convencionados, não excluindo a possibilidade de devolução para ajustes, retificações ou reelaboração daqueles que contenham imperfeição técnica, que estejam faticamente equivocados ou qualquer outra inconformidade identificada pela CONTRATANTE;
- Caso sejam constatados atrasos não comunicados; trocas nas datas de entrega sem consentimento e autorização prévia; má qualidade dos trabalhos produzidos; imperfeições técnicas; entregas parciais (que não contemplem todos os itens demandados); reiterados pedidos de reagendamentos de ações de responsabilidade da CONTRATADA previstos em Cronograma ou agendados com antecedência, por conta exclusiva da CONTRATADA; entre outras impontualidades na execução do serviço contratado; e/ou quaisquer outros tipos de intercorrências que prejudiquem o bom andamento do serviço, a Secretaria Municipal de Educação poderá emitir **atestado de não conformidade** apontando as irregularidades na execução do objeto contratual;
- Toda e qualquer ação ou trabalho executado em desconformidade com o estabelecido no edital será imediatamente notificado à CONTRATADA que ficará obrigada a retificar ações e trabalhos, e/ou substituir o(s) profissional(is) membro(s) de sua equipe técnica prontamente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, atendidas as disposições do **subitem 3.17.16** das OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, podendo ser aplicadas as sanções previstas caso o prazo para retificação ou substituição não seja respeitado. A empresa será a única responsável pela retificação da ação ou do trabalho, mesmo que a verificação se dê após o recebimento.

DOS TRIBUTOS E DESPESAS

3.23. Constituirão encargos exclusivos da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização do contrato, bem como custos com funcionários e pessoal técnico adequado, qualificado e disponível para a prestação do serviço objeto deste estudo, qualquer que seja a natureza do vínculo entre estes e a empresa vencedora do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.24. A licitante deverá manter atualizados os números de telefones fixo(s) e móvel(is) (inclusive WhatsApp), correio eletrônico (e-mail), endereço e demais formas oficiais de comunicação durante toda a vigência do contrato, devendo comunicar a Divisão de Contratos e Aditivos sobre quaisquer alterações;

3.25. Destaca-se que as notificações oficiais a respeito de temas como termos aditivos e de apostilamento, prorrogação de contrato, instauração de processo administrativo, aplicações de multas, sanções e demais penalidades cabíveis, além de quaisquer outros temas que exijam manifestação formal e oficial da licitante vencedora, serão feitas pelo(s) endereço(s) de e-mail(s) descritos(s) na proposta da CONTRATADA, sendo que qualquer modificação deverá ser comunicada por escrito no endereço eletrônico **contratos@pedreira.sp.gov.br**, sendo necessário solicitar protocolo de recebimento. Toda e qualquer notificação será feita através do(s) endereço(s) de e-mail(s) informado(s) pela CONTRATADA;

3.26. As conversas informais que possuem como única finalidade a solução de problemas cotidianos e previamente conhecidos, como pedidos de orientação, consultas, solicitações de



trabalhos ou ações, informações sobre prazos, datas de visitas e de entrega de trabalhos, locais, formas e horários de atendimento, dúvidas relativas a ações ou trabalhos entregues, solicitações de emissão, cancelamento, troca ou correções de notas fiscais, e demais informações rotineiras que se fizerem necessárias para a plena execução contratual, poderão ser mantidas tanto de forma oficial (correio eletrônico, carta com protocolo/aviso de recebimento, ofício) quanto por meio de aplicativo de troca de mensagens (**WhatsApp**), desde que seja possível e viável para ambas as partes, sendo esta a **forma prioritária de comunicação** para a resolução das questões anteriormente citadas.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.27. As parcelas do objeto que consistirem em 'trabalho complexo', na forma do **subitem 4.2** deste estudo, serão **recebidas provisoriamente por até 04 (quatro) dias úteis**, contados da data da entrega;

3.28. O **recebimento** do objeto dar-se-á **definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações técnicas contidas neste estudo, de acordo com a demanda;

3.29. Constatadas quaisquer irregularidades no 'trabalho' ou 'trabalho complexo', seja no ato do recebimento ou durante o período de recebimento provisório, a CONTRATANTE poderá:

3.29.1. Se disser respeito à especificação e qualidade técnica do trabalho, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua retificação ou substituição por trabalho elaborado por profissional qualificado, nos termos deste estudo, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição do trabalho, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no **prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e máximo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do prazo convencionado inicialmente**, a depender da extensão e complexidade do trabalho, contados da notificação por escrito, mantidas todas as demais condições contratadas;

3.29.2. Se disser respeito à ausência de entrega ou de atendimento a demanda prevista em cronograma ou previamente formalizada pela CONTRATANTE, determinar a entrega, o atendimento ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de efetivação da entrega ou do atendimento, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no **prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação por escrito, mantidas todas as demais condições contratadas.

3.30. Mesmo **após o término do prazo de 04 (quatro) dias úteis** que configura o recebimento provisório do trabalho, caso sejam identificadas quaisquer tipos de irregularidades na prestação do serviço que estejam atrapalhando a boa execução contratual, sejam elas alterações de ordem técnica e/ou nas condições de atendimento e cumprimento dos trabalhos e ações previstas ou demandadas, a CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, seja de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp) ou física (ofício/carta com protocolo/aviso de recebimento), expondo os problemas e solicitando sua imediata correção, que deve ser feita em conformidade com as indicações da CONTRATANTE, dentro do **prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e máximo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do prazo convencionado inicialmente**, a depender da extensão e complexidade do trabalho, contados da notificação por escrito.

Fundamentação legal: Inciso II do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO E ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO**

4.1. A estimativa de quantitativo para esta contratação foi feita com base em levantamentos realizados pelos responsáveis de cada Setor da Secretaria solicitante, conforme a parcela do objeto que lhes possa ser destinada. Objetiva-se obter, para o período de cada 36 (trinta e seis) meses, os quantitativos indicados na tabela abaixo, distribuídos conforme Cronograma a ser firmado após a entrega de diagnóstico situacional da gestão da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo as ações e os trabalhos técnicos abaixo descritos:

- ESTIMATIVA DE DEMANDA -			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL
1	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES (SERVIÇO CONTÍNUO).	SERVIÇO	1 (um)
- ESTIMATIVA DE DEMANDA -			
A.	Relatório de Diagnóstico Situacional Inicial da gestão da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento estratégico da pasta e direcionar a prestação do serviço contratado, e a Elaboração de Cronograma de Execução , priorização de trabalhos e ações, definição de prazos e de indicadores que propiciem a mensuração dos impactos da contratação para a gestão da pasta. PRAZO DE ENTREGA: 60 (sessenta) dias do início da prestação do serviço.	TRABALHO COMPLEXO	1 (um)
B.	Diagnósticos anuais que subsidiem a formulação de políticas públicas educacionais, o aprimoramento da gestão, e os trabalhos relacionados ao Plano Municipal de Educação (PME, Lei nº 3.420/2015); à elaboração de um novo PME para o próximo decênio; ao Plano de Ações Articuladas (Simec/PAR 2025-2029); ao Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI, Lei nº 4.415/2024) e a elaboração de Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (PMEITI). PRAZOS DE ENTREGA: a serem definidos no Cronograma de Execução.	TRABALHO COMPLEXO	3 (TRÊS)
C.	Encontros de formação continuada de técnicos da CONTRATADA para a operacionalização de sistemas de gestão institucionais dos Governos Federal e Estadual, destinados à adesão e pactuação, acompanhamento e prestação de contas (ação presencial). Ação Presencial realizada em datas definidas no Cronograma de Execução.	HORA PRESENCIAL	108 (CENTO E OITO)
D.	Encontros de formação continuada e atualização de gestores escolares, membros de conselhos setoriais no âmbito da Secretaria de Educação e outros colegiados (APMs, Fóruns, comissões etc.) abrangendo, dentre outros temas definidos oportunamente , conforme a necessidade: D.1. A gestão democrática e a função dos conselhos e colegiados no âmbito da educação pública; D.2. Responsabilidades legais decorrentes das atribuições e competências institucionais dos conselhos e colegiados; D.3. Aprimoramento do papel institucional e da dinâmica de atuação efetiva dos membros de conselhos e colegiados; D.4. Instrumentos de acompanhamento, fiscalização e	HORA PRESENCIAL	108 (CENTO E OITO)



	avaliação da efetivação de planos de trabalho pactuados em parcerias com organizações da sociedade civil (terceiro setor) no âmbito da Secretaria Municipal da Educação; D.5. Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Ação Presencial realizada em datas definidas no Cronograma de Execução.		
E.	Atendimentos presenciais , realizados por profissionais adequados, qualificados nas áreas indicadas neste estudo e disponíveis para participação em reuniões de trabalho, orientação a comissões ou comitês técnicos, trabalhos de consultoria, acompanhamento de audiências públicas e outros eventos similares em temáticas abrangidas pelo objeto da contratação, levantamento de dados e informações, apresentação de diagnósticos e outras ações decorrentes da prestação do serviço. Ação Presencial realizada em datas definidas no Cronograma de Execução	HORA PRESENCIAL	216 (DUZENTOS E DEZESSEIS)
F.	Atendimentos remotos , realizado por profissionais adequados, qualificados nas áreas indicadas neste estudo e disponíveis para interações síncronas e assíncronas através de canais de comunicação digitais, aos agentes da Secretaria Municipal de Educação, por meio de canais de comunicação (e-mails, WhatsApp, chamadas telefônicas e videoconferências) especialmente para (ação remota): F.1. Orientação na condução de processos administrativos em relação a aspectos jurídicos e de gestão educacional e para suporte ao processo decisório; F.2. Esclarecimento de dúvidas em relação a trabalhos entregues, consultas pontuais com ou sem necessidade de formalização de pareceres, reuniões de trabalho remotas; F.3. Informações atualizadas sobre indicações, pareceres e deliberações dos Conselhos Estadual e Nacional de Educação, lançamento e inovações em programas e projetos governamentais, inovações jurisprudenciais dos tribunais judiciais e dos órgãos de controle externo, inovações legislativas etc. Ação remota demandada a qualquer momento da vigência contratual, sem necessidade de prévio agendamento	HORA REMOTA	144 (CENTO E QUARENTA E QUATRO)
G.	Assessoramento na formulação de minutas de planos e normas complexas , alinhadas ao diagnóstico situacional e à legislação vigente, consistentes em (rol exemplificativo, podendo haver novas demandas): G.1. Revisão/reorganização do Estatuto e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Pedreira (EPCR, Lei nº 2.412/2003); G.2. Atualização e prorrogação do Plano Municipal de Educação (PME, Lei nº 3.420/2015); G.3. Elaboração de PME para um novo decênio; G.4. Elaboração da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (PMEITI); G.5. Elaboração de Lei que disponha sobre a composição e funcionamento dos conselhos escolares, bem como a instituição do Fórum Municipal dos Conselhos Escolares. PRAZOS DE ENTREGA: a serem definidos no Cronograma de Execução ou conforme demanda.	TRABALHO COMPLEXO	5 (CINCO)
H.	Assessoramento na formulação de diretrizes e minutas de atos normativos educacionais municipais alinhados ao diagnóstico	HORA REMOTA	144 (CENTO E



	situacional e à legislação vigente, para regulamentação e implementação de ações de gestão educacional e de políticas públicas (resoluções, decretos, portarias normativas, regulamentos, regimentos e projetos de leis simples). PRAZOS DE ENTREGA: a serem pactuados no momento da demanda, de acordo com a extensão e complexidade da solução necessária.		QUARENTA E QUATRO)
I.	Análise de processos administrativos com orientação técnica e oferta de subsídios para manifestações (requisições, apontamentos e pedidos de informação de órgãos de controle, requerimentos de servidores, usuários e outros órgãos públicos envolvendo matérias abrangidas pelo serviço). PRAZOS DE ENTREGA: a serem pactuados no momento da demanda, de acordo com a extensão e complexidade da solução necessária.	HORA REMOTA	144 (CENTO E QUARENTA E QUATRO)
J.	Relatório de Diagnóstico Situacional Conclusivo apresentando a mensuração e/ou identificação dos impactos da contratação para a gestão da pasta, por meio dos indicadores e das evidências definidos pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE junto ao Cronograma de Execução (Trabalho A deste quadro) PRAZO DE ENTREGA: até o final do 35º (trigésimo quinto) mês de vigência contratual, junto ao relatório mensal de serviço.	TRABALHO COMPLEXO	1 (UM)

4.2. No âmbito do serviço técnico especializado objeto da contratação, considera-se:

4.2.1. Ações presenciais: atividades que demandam a atuação de profissionais da equipe técnica da CONTRATADA, desenvolvidos presencialmente, na sede da CONTRATANTE ou em local por ela indicado, destinado ao atendimento de agentes públicos, exigindo experiência e domínio técnico das pautas e temas abordados. As ações presenciais de qualquer dos tipos previstos no quadro do **subitem 4.1** serão **mensuradas por horas**, prestados conforme estabelecido nos **subitens 3.21, 3.22 e 3.23** - DA FORMA, PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, de acordo com o **Cronograma de Execução**;

4.2.2. Ações remotas: atividades que demandam a atuação de profissionais da equipe técnica da CONTRATADA desenvolvidos à distância, por meio dos canais de comunicação combinados entre as partes, destinado ao atendimento de agentes públicos, exigindo experiência e domínio técnico das pautas e temas abordados. **Não há limite para demanda pela CONTRATANTE ou para oferta por iniciativa da CONTRATADA** de ações remotas de qualquer dos tipos previstos no quadro do **subitem 4.1**, desde que pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação. Deve ocorrer o registro e comprovação das ações efetivadas para mensuração dos resultados da contratação. Tais ações são prestadas conforme estabelecido nos **subitens 3.21, 3.22 e 3.23** - DA FORMA, PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, **durante todo o período de execução contratual**.

4.2.3. Trabalhos complexos: projetos desenvolvidos pelos profissionais da equipe técnica da CONTRATADA, que envolvem levantamentos, pesquisas, estudos, discussões, análises e aplicação de metodologias e técnicas da especialidade da empresa. Além da entrega dos trabalhos tratando as matérias especificadas neste estudo, apontados no quadro do **subitem 4.1**, a CONTRATADA deve se responsabilizar por todos os trabalhos complementares necessários (simulação de cenários e estudos estimativos de impacto financeiro exigidos pela LRF; regulamentação do enquadramento de servidores; regulamentação das instâncias de acompanhamento, monitoramento e avaliação de planos e políticas públicas; análise e interpretação de dados e relatoria diagnóstica; preparação de apresentações de projetos; acompanhamento do trâmite legislativo com suporte técnico para defesa, análise de emendas e



recomendação de vetos; planejamento de implantação e outros). Tais trabalhos são entregues conforme estabelecido nos **subitens 3.21, 3.22 e 3.23** - DA FORMA, PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, e **subitens 3.28 a 3.31** - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO, de acordo com o **prazo estabelecido no Cronograma de Execução**;

4.2.4. Trabalhos: produção de minutas de atos normativos e anteprojetos de leis simples, que não exigem trabalhos complementares; e ainda: a formulação de pareceres, orientações e notas técnicas; o desenvolvimento de subsídios às manifestações oficiais da CONTRATANTE; a concepção de arrazoados e outras elaborações técnicas demandadas pela CONTRATANTE ou ofertadas por iniciativa da CONTRATADA. **Não há limite para demanda pela CONTRATANTE ou para oferta por iniciativa da CONTRATADA** de trabalhos de qualquer dos tipos previstos no quadro do **subitem 4.1**, desde que pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação. Deve ocorrer o registro e comprovação dos trabalhos formulados para mensuração dos resultados da contratação. Tais trabalhos serão entregues conforme estabelecido nos **subitens 3.21, 3.22 e 3.23** - DA FORMA, PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, e **subitens subitens 3.28 a 3.31** - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO, **durante todo o período de execução contratual**.

5. DESCRITIVOS COMPLETOS DOS ITENS E QUANTIDADES TOTAIS A SEREM CONTRATADAS

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIPTIVO COMPLETO
01	01	-	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES (SERVIÇO CONTÍNUO).

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO ALMEJADA

6.1. No bojo destes estudos, foram consideradas as seguintes possibilidades de soluções para a finalidade de se contratar o serviço técnico especializado pretendido:

6.1.1. SOLUÇÃO 1: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – A natureza do serviço prestado não é compatível com a adesão a atas de registro de preços.

6.1.2. SOLUÇÃO 2: DISPENSA DE LICITAÇÃO – Não atende as necessidades deste Município, visto que, conforme apresentado no **item 8**, o valor estimado é superior ao teto estabelecido para esta modalidade pela Lei 14.133/2021 Lei federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 11.871/2023.

6.1.3. SOLUÇÃO 3: PREGÃO ELETRÔNICO – É pacífica e reiterada a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quanto a inaplicabilidade dessa modalidade licitatória para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como é o caso do objeto cuja contratação de que trata este estudo.

6.1.4. SOLUÇÃO 4: CONCORRÊNCIA COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO – Ainda que se utilize da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei federal nº 14.133/2021, o julgamento pelo menor preço põe em cheque a contratação da solução que melhor atenda à necessidade administrativa e ao interesse público. Isto porque o grau de experiência e o nível de qualificação da licitante podem não ser



aferidos a contento exclusivamente pela exigência de apresentação dos documentos previstos no rol taxativo do caput do art. 67 da Lei federal nº 14.133/2021.

Ademais, a contratação objetiva o aperfeiçoamento da gestão e o suporte ao processo decisório estratégico da Secretaria Municipal de Educação, onde parcela considerável das ações e trabalhos implicam nas melhores condições de análise e formação de agentes públicos para a operacionalização de sistemas que permitem a adesão, pactuação, execução de programas, aplicação de recursos e prestação de contas – aspectos relacionados com o financiamento público da educação em ações de repasse de verbas por meio de ajustes com os Governos Estadual e Federal.

Nesse sentido, a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superem os requisitos mínimos estabelecidos pelo edital do certame são fatores relevantes, que tendem a contribuir favoravelmente para a contratação de serviço que assegure a consecussão dos fins pretendidos pela Administração, com possibilidades concretas de resultados que superem aqueles ordinariamente esperados.

6.2. Desta forma, identificamos que a solução que melhor atenderá a demanda desta Administração, tanto em aspecto técnico quanto econômico, é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**, por meio de **PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **TÉCNICA E PREÇO** em que a valoração da proposta técnica deve corresponder à proporção de 70% (setenta por cento), e mediante modo de disputa **FECHADO** mediante contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**. Será considerado

Fundamentação legal: Inciso V do §1º do art.18 da Lei federal nº 14.133/2021.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

DA FORMA DE JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO:

7.1. As licitantes apresentarão **PROPOSTA TÉCNICA** e **PROPOSTA DE PREÇO**, na forma e pelos meios indicados pelo Edital.

7.2. Serão analisadas as propostas apresentadas pelas licitantes habilitadas, por **primeiro a PROPOSTA TÉCNICA que terá peso de 70% (setenta por cento)** e, **após, a PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento)**.

7.3. A **PROPOSTA TÉCNICA** será avaliada por **banca composta por técnicos da Secretaria Municipal de Educação**, e terá uma **pontuação Máxima de 10 (dez) pontos e Mínima de -2 (menos dois) pontos**, considerando o disposto no art. 38 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e conforme o QUADRO REFERÊNCIA disposto no **ANEXO A** deste estudo.

7.3.1. A banca acima citada atuará nos termos do artigo 37, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021, e será composta nos termos do § 1º, inciso I, do mesmo dispositivo.

7.3.2. A avaliação das PROPOSTAS TÉCNICAS será feita critério a critério, confrontando e aferindo a correção dos pontos indicados em cada caso aos documentos utilizados para a comprovação do respectivo critério, conforme estabelecido neste estudo.

7.3.3. Considerando a natureza objetiva dos critérios estabelecidos, a banca deve buscar, na atribuição de pontos, o consenso entre seus membros e, não havendo, atribuirá pontos conforme decisão da maioria, relatando em ata a divergência e o membro divergente.

7.3.4. Quando os critérios analisados não corresponderem ou não forem comprovados pelos meios de comprovação indicados no **ANEXO A** deste estudo, a banca terá a competência para a desconsideração do respectivo critério para pontuação do



licitante, de acordo com os termos deste documento.

7.3.5. Cabe à banca certificar em ata a pontuação final considerada após análise de cada critério da **PROPOSTA TÉCNICA**, bem como consignar as justificativas para eventuais descon siderações da pontuação previamente informada pelo licitante.

7.3.6. O **Resultado da Pontuação Técnica (RPT)** será calculado pela divisão da **Pontuação Técnica (PT)** de cada proposta pela **Maior Pontuação Técnica (MPT)** obtida entre os licitantes. O cálculo seguirá a fórmula abaixo, considerando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$RPT = PT/MPT$$

Siglas: RPT - Resultado da Pontuação Técnica / PT - Pontuação Técnica / MPT - Maior Pontuação Técnica

7.4. A **análise da PROPOSTA DE PREÇO** será realizada pelo agente de contratação, apenas para os licitantes cujas **PROPOSTAS TÉCNICAS** forem classificadas de acordo com as exigências do Edital, e obtenham **Resultado da Pontuação Técnica (RPT)** igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação total, ou seja, ou seja, o **RPT igual ou superior de 0,50 (zero vírgula cinquenta)**.

7.4.1. A **PROPOSTA DE PREÇO** será formulada pela licitante, preferentemente, segundo indicado no **ANEXO B**, quanto às informações essenciais e forma de apresentação.

7.4.2. O **Resultado de Preços (RP)** será calculado pela divisão do **Menor Preço Proposto (MPP)** pelo preço de cada proposta analisada. O cálculo seguirá a fórmula abaixo, considerando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$RP = MPP/PPL$$

Siglas: RP - Resultado de Preço / MPP - Menor Preço Proposto / PPL - Preço Proposto pela Licitante

AFERIÇÃO DO RESULTADO DA PONTUAÇÃO FINAL E DO VENCEDOR

7.5. O **Resultado da Pontuação Final (RPF)**, considerando a avaliação da Técnica e do Preço de cada proposta, será calculado com a aplicação da seguinte fórmula, utilizando duas casas decimais e desconsiderando eventuais frações remanescentes:

$$TÉCNICA = 70\% \quad / \quad PREÇO = 30\%$$

$$RPF = (RPT \times 7) + (RP \times 3)$$

Siglas: RPF - Resultado da Pontuação Final / RPT - Resultado da Pontuação Técnica / RP - Resultado de Preços

7.6. Atendidas as condições de julgamento, a empresa vencedora será a que obtiver a maior nota no **Resultado da Pontuação Final (RPF)**.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

7.7. Os critérios de seleção de empresa prestadora de serviço levará em consideração 3 (três) distintas áreas de qualificação, a saber, a **QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA**, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA** e a **EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**.



7.8. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA**, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre a licitante mais bem aparelhada³ para o desenvolvimento do objeto e atendimento às necessidades da Administração, **correspondendo ao MÁXIMO DE 1 (UM) PONTO e MÍNIMO DE -0,20 (MENOS VINTE CENTÉSIMOS) DE PONTO**, divididos entre os seguintes critérios, na forma do **ANEXO A** deste estudo:

7.8.1. Disponibilização de FERRAMENTA TECNOLÓGICA OU OUTRO MEIO utilizado para a elaboração de diagnósticos de políticas públicas: comprovação de que a licitante conta com ferramenta tecnológica ou outro meio adequado e disponível para a finalidade de coletar, tabular, georreferenciar, comparar, armazenar e analisar dados, e oferecer relatórios acerca dos resultados de políticas públicas e ações educacionais municipais – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **memorial descritivo operacional e técnico da ferramenta tecnológica ou do meio utilizado pela empresa**, contendo, pormenorizadamente, os requisitos para instalação e utilização da ferramenta, ou as bases de operação para elaboração de diagnósticos, necessários para a implementação da solução.
- Além do memorial descritivo mencionado, a licitante deve **apresentar no mínimo 1 (um) relatório de diagnóstico de monitoramento e avaliação** produzido pela empresa com a utilização da ferramenta tecnológica ou outro meio adequado e disponível.

7.8.2. Disponibilização de SITE ou PERFIL OFICIAL ATUALIZADO: comprovação de que a licitante conta com *site* ou *perfil oficial* atualizado com acesso a conteúdo específico de Direito e Gestão Educacional, para pesquisa de materiais, acesso a informações, fontes normativas da área e subsídios sobre as políticas da educação básica pública – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de declaração da empresa informando o endereço eletrônico de sua página na internet (*site*) ou seu perfil oficial em rede ou plataforma por meio da qual insere e dá divulgação a conteúdo específico de Direito e Gestão Educacional, para navegação e avaliação pela banca.
- Caso o acesso seja limitado a clientes, a licitante deve fornecer login e senha ou outro modo de permissão para acesso único, permitindo a avaliação pela banca.

7.9. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA**, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre o nível de especialização e conhecimentos específicos das licitantes, por meio de comprovação do seu *know-how* e *expertise* para o desenvolvimento do objeto e atendimento às necessidades da Administração, **correspondendo ao MÁXIMO DE 5 (CINCO) PONTOS e MÍNIMO DE -1 (MENOS UM) PONTO**, divididos entre os seguintes critérios, na forma do **ANEXO A** deste estudo:

7.9.1. Prestação de serviço de ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA na área de direito e gestão educacional contínua a órgãos públicos gestores de redes ou sistemas de ensino, de forma continuada por **períodos sucessivos** – **[Máximo de 2 (dois) pontos e**

³ O termo "aparelhamento" previsto, no inciso III do artigo 67 da Lei federal nº 14.133/2021, deve ser interpretado como a infraestrutura material e tecnológica necessária para a adequada execução do contrato. Isso inclui equipamentos, instalações, ferramentas, softwares, sistemas e quaisquer outros meios físicos ou tecnológicos indispensáveis para o desempenho das atividades contratadas. A melhor interpretação do termo, no contexto da lei, indica que o contratado deve possuir os recursos materiais adequados e suficientes para cumprir suas obrigações, sem depender excessivamente de recursos da administração pública. Isso visa garantir a capacidade operacional do contratado e a eficiência na prestação dos serviços.



Mínimo de -0,40 (menos quarenta centésimos) de ponto].

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação, **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado, versando sobre o objeto consignado no requisito, **bem como os aditivos contratuais** que comprovem a continuidade da prestação durante o período.

7.9.2. Assessoria para a elaboração de ESTATUTOS E/OU PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO – [Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto].

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

7.9.3. Assessoria para a elaboração de PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – [Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto].

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

7.9.4. Prestação de CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO de servidores para **operação de sistemas de gestão dos Governos Federal e Estadual – [Máximo de 1 (um) ponto e Mínimo de -0,20 (menos vinte centésimos) de ponto].**

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

7.9.5. Elaboração de DIAGNÓSTICO sobre política pública educacional, programas, projetos, ações governamentais na área da educação, como subsídio à concepção de planos de políticas públicas, monitoramento de metas e implementação de ações – [Máximo de 1 (um) ponto e Mínimo de -0,20 (menos vinte centésimos) de ponto].

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) pela autoridade contratante ou seu agente (original ou cópia autenticada, emitido em papel timbrado do contratante e com data compatível com a contratação), **e do(s) contrato(s)** com o ente público ou privado (original ou cópia autenticada), versando sobre o objeto consignado no critério.

7.10. Os critérios de EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, definidos de modo a possibilitar diferenciar entre as licitantes quanto à qualificação e experiência de cada membro componente de suas respectivas equipes técnicas, **correspondendo ao MÁXIMO DE 4 (QUATRO)**



PONTOS e MÍNIMO DE -0,80 (MENOS OITENTA CENTÉSIMOS) DE PONTO, divididos entre os critérios dispostos neste estudo, na forma do seu **ANEXO A**.

7.10.1. A licitante deve fornecer **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica** composta por profissionais adequados e disponíveis para a execução do objeto contratual, com a indicação do rol dos profissionais que se responsabilizarão pelos trabalhos, contendo o nome completo, documento de identificação, profissão e o número do registro junto ao conselho profissional competente, se e quando exigível.

7.10.2. Deve haver, no mesmo documento ou em outro, a demonstração de que o profissional consente com sua indicação e se co-responsabiliza pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela licitante, se vencedora.

7.10.3. Só serão analisados e pontuados os documentos de comprovação de experiência relacionados aos **profissionais contidos na Declaração, com ateste da respectiva anuência**.

7.10.4. Para cada profissional, além dos documentos comprobatórios da experiência e qualificação nos termos abaixo, a licitante deve fornecer ainda:

- diploma(s) de curso(s) de graduação superior (são válidos bacharelados, licenciaturas e tecnológicos);
- documento que comprove o registro em conselho profissional ativo (quando for o caso);
- comprovação do vínculo com a empresa, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e
- currículo profissional, preferencialmente emitido pela Plataforma Lattes.

7.11. Os critérios de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** dos membros da equipe técnica são os que seguem:

7.11.1. Participação de **profissional(is) da Educação Básica** com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** deste estudo.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico, consultor, coordenador ou contratado** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo; ou
 - **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de gestor educacional, ou cargo(s) ou função(ões) técnica(s) na área de gestão de sistema ou rede pública de ensino, **acompanhada da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função, **similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo.



- o Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo.

7.11.2. Participação de profissional(is) do Direito (advogado ou bacharel), com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** deste estudo.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:

- o **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico, consultor, coordenador ou contratado** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo, ainda que firmado(s) por outra empresa, diferente da licitante; ou
- o **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de profissional do direito, na área de direito administrativo e educacional para o sistema ou rede pública de ensino, **acompanhada(s) da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função.
- o Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo.

7.11.3. Participação de profissional(is) da Administração Pública/Gestão Pública, com comprovação de **EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA** no serviço objeto da contratação – **[Máximo de 0,5 (meio) ponto e Mínimo de -0,10 (menos dez centésimos) de ponto]**, de acordo com a variação das condições de qualificação do(s) profissional(is), previstas no Quadro Referência contido no **ANEXO A** deste estudo.

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:

- o **atestado(s) de capacidade técnica, certidão(ões) ou declaração(ões)** expedida(s) por contratante(s) público(s) ou privado(s) em que **conste expressamente o nome do profissional como responsável técnico ou consultor** e desde que comprovada(s) a(s) **contratação(ões) que der(rem) lastro à prestação de serviço similar e compatível** com o previsto no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo, ainda que firmado(s) por outra empresa, diferente da licitante; ou
- o **portaria(s) de designação/nomeação do profissional** ao exercício de cargo(s) ou de função(ões) própria(s) de profissional de Administração Pública/Gestão Pública, **acompanhada(s) da norma que prescreve as atribuições** do respectivo posto **ou certidão(ões) ou declaração(ões)**, expedidas pela(s) autoridade(s) pública(s) ou seu(s) preposto(s), informando, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades**



desenvolvidas pelo profissional durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função.

- o Em caso de apresentação de certidão(ões) ou declaração(ões) que informe(m) as **atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional** em cargo(s) ou função(ões) pública(s), essas últimas **deverão ser similares e compatíveis** com as previstas no quadro constante do **subitem 4.1** deste estudo.

7.12. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO** dos membros da equipe técnica são os que seguem:

7.12.1. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA dos profissionais integrantes da equipe técnica, com comprovação conforme o campo de formação aderente ao objeto, na conformidade da tabela abaixo – **MÁXIMO DE 2,5 (DOIS E MEIO) PONTOS e MÍNIMO DE -0,50 (MENOS MEIO) PONTO.**

- A **comprovação do critério** dar-se-á pela apresentação de:
 - o **certidão(ões), certificado(s) de conclusão ou diploma(s)** emitidos e registrados nos termos da legislação vigente e **acompanhados do histórico do curso.**
 - o **Só serão analisados e pontuados** os documentos de comprovação da qualificação acadêmica **relacionados aos profissionais** contidos na **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica**, com ateste da anuência com a indicação, nos termos do **subitem 7.10** deste estudo.
 - o Os documentos serão consultados quanto à sua autenticidade, validade e pertinência, pela banca citada no **subitem 7.3** deste estudo, junto ao Sistema Regulador do Ensino Superior – e-MEC e Plataforma Sucupira – Capes.
 - o Serão considerados aderentes ao objeto os cursos e programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* conforme tabela de correlação entre os trabalhos e ações e respectivas áreas de estudo abaixo:

CAMPOS DE FORMAÇÃO ADERENTES	QUADRO DO SUBITEM 4.1 (TRAB./AÇÃO)	MESTRADO/DOCTORADO ADERENTE	ESPECIALIZAÇÃO/MBA ADERENTE
Gestão Pública / Gestão Educacional	A, B, C, D, F, H, J	Mestrado/Doutorado em Educação Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica;▪ Gestão de Sistemas Educacionais;▪ Planejamento e Avaliação Educacional;▪ Avaliação Institucional e Qualidade da Educação; ou▪ Gestão Democrática e Participação Social.	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Gestão Pública;▪ Gestão Pública Municipal;▪ Gestão Educacional;▪ Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica;▪ Gestão Escolar – Administração e Supervisão; e▪ Planejamento Educacional. MBA em: <ul style="list-style-type: none">▪ Gestão da Educação Pública; e▪ Gestão Pública
Direito Administrativo e Educacional	D, E, F, G, I	Mestrado/Doutorado em Direito do Estado ou em Direito Público Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Administrativo e Políticas Públicas;	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Educacional;▪ Direito Constitucional e Administrativo;▪ Direito Administrativo;



CAMPOS DE FORMAÇÃO ADERENTES	QUADRO DO SUBITEM 4.1 (TRAB./AÇÃO)	MESTRADO/DOCTORADO ADERENTE	ESPECIALIZAÇÃO/MBA ADERENTE
		<ul style="list-style-type: none">▪ Direito à Educação e Regulação Educacional;▪ Estado, Constituição e Sociedade;▪ Direitos Fundamentais e Inclusão;▪ Controle da Administração Pública; ou▪ Direito e Gestão Pública.	<ul style="list-style-type: none">▪ Direito Público com ênfase em Direito Administrativo; e▪ Direito Público com ênfase em Direito Educacional. MBA em: <ul style="list-style-type: none">▪ Direito Educacional.
Políticas Públicas e Planejamento	A, B, G, H, J	Mestrado/Doutorado em Gestão de Políticas Públicas; em Administração Pública; ou Políticas Públicas Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Planejamento Governamental e Avaliação de Políticas;▪ Governança Pública e Inovação;▪ Políticas Educacionais e Sociais;▪ Estado, Sociedade e Políticas Públicas; ou▪ Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas.	Especialização em: <ul style="list-style-type: none">▪ Políticas Públicas;▪ Políticas Públicas e Gestão Governamental;▪ Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;▪ Planejamento e Gestão de Políticas Públicas;▪ Avaliação de Programas Governamentais;▪ Governança e Accountability no Setor Público; e▪ Planejamento Estratégico Governamental. MBA em: Políticas Públicas.
Controle, Avaliação e Compliance	F, I, J	Mestrado em Administração Pública; Direito com ênfase em Controle e Regulação; ou Educação com ênfase em Avaliação Educacional Linhas de Pesquisa Aderentes: <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais;▪ Indicadores de Desempenho e Qualidade;▪ Auditoria, Controle Interno e Externo;▪ Governança, Transparência e Integridade;▪ Compliance e Responsabilidade Técnica; ou▪ Avaliação Institucional e Gestão por Resultados	MBA em: <ul style="list-style-type: none">▪ Compliance;▪ Avaliação de Políticas Públicas; e▪ Gestão por Resultados.

- Os cursos de pós-graduação (*lato sensu*) corresponderão a **0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto para cada curso comprovado por integrante da equipe técnica.**
- Os cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) corresponderão a **0,50 (meio) ponto para cada curso comprovado por integrante da equipe técnica.**
- Caso a equipe técnica da licitante **não comprove** qualquer formação em nível de **pós-graduação válida**, nos termos deste estudo, terá atribuído **-0,50 (menos meio) ponto.**



- o Não haverá limite ou número máximo ou mínimo de certificados de cursos ou programas de pós-graduação a comprovar. Contudo, a pontuação total da equipe técnica da licitante será de, no **Máximo 2,5 (dois e meio) ponto e mínimo de -0,50 (menos meio) ponto para a equipe.**

VALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA LICITANTE

7.13. Na apresentação de documentos pela licitante, em qualquer fase do certame e, em especial, em relação à documentação comprobatória da sua PROPOSTA TÉCNICA, e emissão da sua PROPOSTA DE PREÇO, serão observados os parâmetros contidos no artigo 12 da Lei federal nº 14.133/2021.

7.14. Quando adotada a prova de autenticidade por advogado, conforme parte final do inciso IV do artigo 12 da Lei federal nº 14.133/2021, será suficiente o fornecimento de uma única declaração de autenticidade para todos os documentos apresentados pela licitante no âmbito do processo licitatório.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Estima-se que o valor médio global para esta contratação, na modalidade e nas condições escolhidas, considerando o período de **36 (trinta e seis) meses**, totalizará **R\$ 405.900,96** (quatrocentos e cinco mil, novecentos reais e noventa e seis centavos).

8.2. A consulta à memória de cálculo encontra-se disposta no **ANEXO C**, que contém a planilha com a estimativa completa.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução, como um todo, que melhor atende as necessidades do município, encontra-se exposta nos tópicos anteriores deste estudo, principalmente nos **itens 3, 4, 5 e 6**.

9.2. O prazo de vigência do futuro contrato deverá ser de 36 (trinta e seis) meses, a contar do próximo dia útil do término do fluxo de assinaturas do instrumento contratual ou em outra data a ser informada pela Divisão de Contratos e Aditivos deste Município. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/2021, visto se tratar de prestação de serviço contínuo e inerente à manutenção dos trabalhos da Administração, considerando a necessidade permanente de suporte nas matérias, ações e trabalhos contemplados.

Fundamentação legal: Inciso VII do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Considerando a natureza do objeto, serão 2 (dois) os instrumentos aplicados para a demonstração de resultados pretendidos com a contratação.

10.1.1. O primeiro objetivará aferir a **qualidade da prestação do serviço** e terá aplicação periódica e regular durante toda a vigência contratual, por meio do **Instrumento de Medição de Resultados – Qualidade (IMR-Q)**.

10.1.2. O segundo buscará mensurar e/ou identificar os **impactos da contratação para a gestão da pasta**, por meio de indicadores e de evidências **do atendimento ao interesse público** e da **vantajosidade administrativa** propiciados pela contratação, constituindo-se em um dos parâmetros para a possível manutenção da solução pela prorrogação do contrato.



INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - QUALIDADE

10.2. A **qualidade da prestação do serviço** contratado deve ser aferida através do **IMR-Q** baseado em indicadores de desempenho obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas pelo Fiscal do Contrato ou por outro servidor designado, para realizar esta avaliação.

10.2.1. São critérios de desempenho aplicados para a medição de resultados o **atendimento aos prazos** e a **execução sem cometimento de falhas**.

10.2.2. O **IMR-Q** é apresentado no **ANEXO D**, contendo todo o detalhamento de aplicação e aferição e desdobramentos.

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL CONCLUSIVO

10.3. Os impactos da contratação para a gestão da pasta, são mensurados e/ou identificados por meio dos indicadores e das evidências definidos pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE junto ao Cronograma de Execução entregue pela CONTRATADA em até 90 (noventa) dias do início da prestação do serviço.

10.3.1. Até ao final do 35º (trigésimo quinto) mês de execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE o **Relatório de Diagnóstico Situacional Conclusivo**, para a formulação do qual, além de dados, documentos e informações, poderá requerer da CONTRATANTE outros registros que considerar úteis para validar os apontamentos realizados.

10.3.2. O Relatório de Diagnóstico Situacional Conclusivo deverá trazer uma contraposição dos levantamentos registrados no **Relatório de Diagnóstico Situacional Inicial** (vide quadro na DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO E ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO, **subitem 4.1** deste estudo), aferindo e apontando os indicadores e as evidências previamente definidos no Cronograma de Entrega.

10.3.3. Os indicadores e as evidências devem estar conectados com os seguintes objetivos justificadores da contratação (**perspectiva do interesse público e dos resultados pretendidos por meio da contratação**):

- Aprimoramento da gestão da pasta por meio da formação de gestores e técnicos;
- Ganho de eficiência em razão de tomadas de decisões estratégicas mais bem informadas e juridicamente seguras;
- Maior assertividade nos investimentos e ações governamentais, passando a contar com dados mais fiéis e precisos para subsidiar a instituição, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas;
- Fortalecimento da gestão democrática da educação municipal, com o cumprindo o dever administrativo de assistência e suporte ao regular funcionamento dos conselhos e à atuação dos conselheiros;
- Aperfeiçoamento do controle e fiscalização das parcerias da Secretaria Municipal da Educação com o terceiro setor, a partir da formação e orientação contínua aos trabalhos desenvolvidos por comissões avaliadoras atuantes no âmbito da rede municipal de ensino;
- Melhoria das condições de elegibilidade e ampliação das oportunidades para captação de recursos financeiros e materiais para a educação municipal;
- Conformidade normativa e segurança jurídica à gestão através da atualização



e adequação da legislação municipal;

- Melhor alocação do recurso humano, em especial do pessoal do Quadro do Magistério, através da revisão e adequação do Estatuto e Plano de Carreiras aplicável;
- Modernização das políticas de gestão de pessoas, no que tange à valorização do desempenho e da qualificação;
- Acesso e informações atualizadas sobre normativas e mudanças legislativas que impactam a gestão municipal da educação.

10.4. Junto do fornecimento do diagnóstico situacional da gestão da Secretaria Municipal de Educação e do Cronograma de Execução, a CONTRATADA e a CONTRATANTE definirão indicadores e evidências que propiciem a mensuração e/ou identificação dos impactos da contratação para a gestão da pasta, sob a perspectiva do interesse público e dos resultados alcançados, apresentada no item 10.

Fundamentação legal: Inciso IX do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

11.1. No que se refere a contratação do objeto, a Administração deverá:

- 11.1.1.** Designar servidores devidamente capacitados para exercerem a fiscalização do contrato, tanto administrativa quanto tecnicamente;
- 11.1.2.** Designar servidores devidamente capacitados para acompanhar o serviço desenvolvido por meio das ações; receber os trabalhos; e verificar no ato da entrega se os dispostos no **item 3** deste estudo estão sendo cumpridos em sua integralidade;
- 11.1.3.** Cumprir com as OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE conforme estabelecido anteriormente no **item 3**.

Fundamentação legal: Inciso X do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso VI do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. No momento, não há contratação de serviço correlato ou interdependente no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e nem em outros setores da Administração, vez que o serviço é especializado e específico para a gestão da rede pública municipal de ensino.

Fundamentação legal: Inciso XI do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso VII do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A sustentabilidade consiste em atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades e o bem-estar das gerações futuras, garantindo ao mesmo tempo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Para isso, tanto a população quanto os órgãos públicos tem papel fundamental em adotar medidas para combater qualquer ação que gere impactos negativos ao ecossistema.

13.2. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, é fundamental destacar que os impactos ambientais são de pequeno potencial, entretanto, é importante adotar medidas preventivas e, para isso, a futura contratação deverá exigir:



DA CONTRATANTE:

13.3. O emprego, sempre que possível, de soluções digitais para fornecimento de material de apoio nas formações, para a coleta de dados nos trabalhos de diagnóstico e para a entrega dos trabalhos e trabalhos complexos previstos no **item 4**, racionando ao máximo o uso e descarte de papel.

Fundamentação legal: Inciso XII do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso VIII do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

14. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

14.1. Não existe a possibilidade da contratação de pessoa física para a aquisição do referido objeto, em razão da necessidade de expertise em áreas do conhecimento distintas, não exigíveis de um só profissional sem incorrer em fragmentação de objeto.

Fundamentação legal: Inciso IX do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

15. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

15.1. Não se aplica a necessidade do objeto deste estudo.

Fundamentação legal: Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar todo o disposto no inciso X do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Considerando as determinações contidas na Lei federal nº 14.133/2021 para este tipo de contratação, a solução que melhor atenderá às necessidades do Município, tanto técnica quanto economicamente, é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**, por meio de **PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **TÉCNICA E PREÇO** em que a valoração da proposta técnica deve corresponder à proporção de 70% (setenta por cento) e modo de disputa **FECHADO**, mediante contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**.

Fundamentação legal: Inciso XIII do §1º do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021 e inciso VI do §1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

17. FONTE DE RECURSO

17.1. As fontes de recursos que serão utilizadas para a aquisição do objeto deste estudo, bem como a divisão de despesas, estarão todas dispostas no Termo de Referência.

18. ANEXO(S)

ANEXO A: PROPOSTA TÉCNICA – QUADRO REFERÊNCIA

ANEXO B: PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO C: PLANILHA DE ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ANEXO D: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - QUALIDADE



19. RESPONSÁVEL

Concluo pela viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme exposto no **art. 4º, §8º do Decreto Municipal nº 3.830, de 11 de setembro de 2023.**

Pedreira (SP), 05 de março de 2026.

GIOVANA GROLLA THOMAZINI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- ANEXO A -

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

NOTA EXPLICATIVA

O Quadro Referência se trata de um instrumento de orientação ao licitante e de avaliação para a Banca, referindo a pontuação aduzida em face dos critérios de seleção do prestador, previstos no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação.

Busca-se sistematizar os critérios e respectiva pontuação, seguindo as diretrizes constantes do ETP, visando dar transparência e praticidade à análise objetiva dos documentos comprobatórios apresentados pelos respectivos licitantes e à aplicação da pontuação definida pela Banca composta nos termos do item 7 do ETP.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1. A PROPOSTA TÉCNICA de cada licitante será apresentada do modo previsto neste Anexo, atendidas as disposições do ETP e do Edital da licitação:
 - 1.1. Os documentos requeridos deverão ser apresentados em arquivos individuais no formato PDF e organizados em uma só pasta. Essa pasta deverá ser compactada utilizando o formato ZIP, resultando em um único arquivo com extensão '.zip'. O arquivo compactado deverá ser nomeado conforme a razão social da licitante e enviado conforme as instruções estabelecidas no Edital.
 - 1.2. Os documentos serão sequenciados na seguinte ordem:
 - 1.2.1. **Proposta Técnica** conforme modelo contido neste ANEXO;
 - 1.2.1.1. A licitante **deverá preencher somente** a identificação do processo licitatório e da licitante, a tabela RELAÇÃO DE TÍTULOS DA EQUIPE TÉCNICA (PÓS-GRADUAÇÕES), a data e a assinatura do representante legal da licitante. **As demais tabelas e os campos em cinza são de uso exclusivo da Banca.**
 - 1.2.2. **Declaração de Autenticidade** expedida por advogado que assuma, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade de todos os documentos apresentados pela licitante;
 - 1.2.3. A **Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica**, com a indicação do rol dos profissionais que se responsabilizarão pelos trabalhos, contendo o **nome completo, documento de identificação, profissão e o número do registro junto ao conselho profissional competente** (se e quando exigível), devendo haver, no mesmo documento ou em outro, a **demonstração de que o profissional consente com sua indicação e se co-responsabiliza pelo cumprimento das obrigações** contratuais assumidas pela licitante, se vencedora;
 - 1.2.4. Em relação a cada um dos profissionais, e na mesma ordem em que forem relacionados no documento anterior:
 - 1.2.4.1. **Folha de Rosto** em que conste o nome, documento de identificação, profissão e número do registro junto ao conselho profissional competente do indicado, relativamente ao qual serão anexados os demais documentos;
 - 1.2.4.2. **Diploma de curso de graduação superior** (são válidos bacharelados, licenciaturas e tecnológicos);



1.2.4.3. **Diploma de curso de doutorado;**

1.2.4.4. **Diploma de curso de mestrado** (são válidos mestrados acadêmicos e mestrados profissionais);

1.2.4.4.1. Em qualquer dos casos acima, será aceito certificado ou declaração de conclusão onde conste a data de colação do grau, acompanhado do histórico respectivo, quando o título houver sido conferido a menos de 1 (um) ano da data da abertura da licitação.

1.2.4.5. **Certificado(s) de Conclusão** de curso(s) de pós-graduação *lato sensu* de especialização ou MBA, expedido(s) nos termos da legislação;

1.2.4.6. Documento que comprove o **registro em conselho profissional ativo** (quando for o caso);

1.2.4.7. Comprovação do **vínculo com a empresa**, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP);

1.2.4.8. **Atestado de capacidade técnica, certidão ou declaração** expedida por contratante público ou privado, em que **conste expressamente o nome do profissional** como responsável técnico, consultor, coordenador ou contratado;

1.2.4.9. **Contrato do respectivo serviço** similar e compatível com o objeto da licitação que tenha dado origem ao atestado, certidão ou declaração imediatamente anterior;

1.2.4.9.1. Os documentos previstos nos subitens 1.2.4.8 e 1.2.4.9 deverão ser apresentados sequencialmente, repetida a sequência vezes suficientes, de acordo com o interesse da licitante, organizados do mais recente para o mais antigo.

1.2.4.10. **Portaria ou publicação por órgão oficial de nomeação/designação** do indicado para o exercício de cargo ou de função própria de sua área profissional em ente público;

1.2.4.11. **Norma que prescreve as atribuições** do referido posto; **ou certidão ou declaração**, expedida pela autoridade pública ou seu preposto, **informando**, sob as penas da lei, **as atribuições ou atividades desenvolvidas pelo profissional durante o período correspondente ao exercício do cargo ou da função**, similares e compatíveis com as previstas no quadro constante do subitem 4.1 deste estudo;

1.2.4.11.1. Os documentos previstos nos subitens 1.2.4.10 e 1.2.3.11 deverão ser apresentados sequencialmente, repetida a sequência vezes suficientes, de acordo com o interesse da licitante, organizados do mais recente para o mais antigo.

1.2.4.12. **Currículo profissional** do indicado, preferencialmente emitido pela Plataforma Lattes/CNPQ.

1.2.5. O conjunto dos documentos previstos nos subitens 1.2.4.1 a 1.2.3.12 deverão ser apresentados sequencialmente, repetida a sequência para cada profissional indicado como membro de sua equipe técnica.

2. Abaixo seguem os modelos de:

2.1. PROPOSTA TÉCNICA;

2.2. DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS;



2.3. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA;

2.4. FOLHA DE ROSTO.



(em papel timbrado da licitante)

(MODELO) PROPOSTA TÉCNICA

Concorrência nº _____ Processo Licitatório nº _____

Objeto: Serviço técnico especializado em Direito e Gestão Educacional para suporte estratégico à Secretaria Municipal de Educação por 36 (trinta e seis) meses (serviço contínuo).

Licitante: _____

CNPJ: _____

QUADRO REFERÊNCIA – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA:

Item 7.8 do ETP – pontuação MÁXIMA de 1 (um) ponto e MÍNIMA de -0,20 (menos vinte centésimos) de ponto.

- O campo cinza na linha "TOTAL DO CRITÉRIO PARA A LICITANTE" é de preenchimento exclusivo pela Banca.

A licitante dispõe de FERRAMENTA TECNOLÓGICA OU OUTRO MEIO utilizado para a elaboração de diagnósticos de políticas públicas?			
7.8.1	Sim , a empresa dispõe de aplicativo web adequado e disponível para coletar, tabular, georreferenciar, comparar, armazenar e analisar dados, e oferecer relatórios acerca dos resultados de políticas públicas e ações educacionais municipais, tendo como requisito o acesso a internet através de qualquer dispositivo tecnológico fixo ou móvel, sem necessidade de outros suportes para o armazenamento de dados , conforme memorial descritivo anexo.	0,50	MÁXIMO 0,50 MÍNIMO -0,10
	Sim , a empresa dispõe de software adequado e disponível para coletar, tabular, georreferenciar, comparar, armazenar e analisar dados, e oferecer relatórios acerca dos resultados de políticas públicas e ações educacionais municipais, tendo como requisito instalação e memória para armazenamento de dados em computador(es) da contratante , conforme memorial descritivo anexo.	0,30	
	Sim , a empresa dispõe de método próprio, híbrido (com uso de meios eletrônicos e meios físicos) para coletar, tabular, georreferenciar, comparar, armazenar e analisar dados, e oferecer relatórios acerca dos resultados de políticas públicas e ações educacionais municipais, conforme memorial metodológico anexo.	0,10	
	Não , a empresa NÃO DISPÕE de ferramenta tecnológica ou outro meio para a elaboração de diagnósticos de políticas públicas	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.8.1 PARA A LICITANTE			

7.8.2	A licitante dispõe de <u>SITE</u> ou <u>PERFIL</u> oficial atualizado e com conteúdo próprio e específico
--------------	--



em Direito e Gestão Educacional, para pesquisa de materiais, acesso a informações, fontes normativas e subsídios sobre as políticas públicas na educação básica pública?			
	Sim, contendo acesso a fontes oficiais e pertinentes e conteúdo próprio, específico e atualizado na área da Educação	0,50	MÁXIMO 0,50
	Sim, porém o conteúdo de direito e gestão é aplicável genericamente à Administração Pública, não havendo material específico para a Educação	0,20	MÍNIMO -0,10
	Não, a empresa NÃO DISPÕE de conteúdo de interesse (apenas divulgação comercial)	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.8.2 PARA A LICITANTE			

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

Item 7.9 do ETP – pontuação MÁXIMA de 5 (cinco) pontos e MÍNIMA de -1 (menos um) ponto.

- O campo cinza na linha "TOTAL DO CRITÉRIO PARA A LICITANTE" é de preenchimento exclusivo pela Banca.

A licitante possui experiência na prestação de ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA na área de direito e gestão educacional a órgãos públicos gestores de redes ou sistemas de ensino, por períodos sucessivos?			
7.9.1	7 (sete) ou mais atestados válidos de prestação do serviço, sendo que, no mínimo 4 (quatro) deles comprovam a continuidade por período de 3 (três) anos ou mais.	2,00	MÁXIMO 2,00 MÍNIMO -0,40
	Até 6 (seis) atestados válidos de prestação do serviço, sendo que, no mínimo 3 (três) deles comprovam a continuidade por período de 3 (três) anos ou mais.	1,40	
	Até 4 (quatro) atestados válidos de prestação do serviço, sendo que, no mínimo 2 (dois) deles comprovam a continuidade por período de 3 (três) anos ou mais.	0,80	
	Até 2 (dois) atestados válidos de prestação do serviço, sendo que, no mínimo 1 (um) deles comprovam a continuidade por período de 3 (três) anos ou mais.	0,20	
	Nenhum atestado válido <u>OU</u> qualquer número de atestados válidos de prestação do serviço, sendo que nenhum deles comprova a continuidade por período de 3 (três) anos ou mais.	-0,40	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.9.1 PARA A LICITANTE			

A licitante possui experiência na prestação de Assessoria para a elaboração de ESTATUTOS E/OU PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO?			
7.9.2	6 (seis) ou mais atestados válidos	0,50	MÁXIMO 0,50 MÍNIMO -0,10
	Até 5 (cinco) atestados válidos	0,35	
	Até 3 (três) atestados válidos	0,20	
	1 (um) atestado válido	0,05	
	Nenhum atestado válido	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.9.2 PARA A LICITANTE			

7.9.3	A licitante possui experiência na prestação de Assessoria para a elaboração de PLANOS	
-------	--	--



MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?			
	6 (seis) ou mais atestados válidos	0,50	MÁXIMO 0,50
	Até 5 (cinco) atestados válidos	0,35	
	Até 3 (três) atestados válidos	0,20	
	1 (um) atestado válido	0,05	MÍNIMO -0,10
	Nenhum atestado válido	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.9.3 PARA A LICITANTE			

A licitante possui experiência na prestação de CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO de servidores para operação de sistemas de gestão dos Governos Federal e Estadual ?			
7.9.4	6 (seis) ou mais atestados válidos	1,00	MÁXIMO 1,00
	Até 5 (cinco) atestados válidos	0,70	
	Até 3 (três) atestados válidos	0,40	
	1 (um) atestado válido	0,10	MÍNIMO -0,20
	Nenhum atestado válido	-0,20	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.9.4 PARA A LICITANTE			

A licitante possui experiência na elaboração de DIAGNÓSTICO sobre política pública educacional, programas, projetos, ações governamentais na área da educação, como subsídio à concepção de planos de educação ou de políticas públicas, monitoramento de metas e implementação de ações educacionais?			
7.9.5	6 (seis) ou mais atestados válidos	1,00	MÁXIMO 1,00
	Até 5 (cinco) atestados válidos	0,70	
	Até 3 (três) atestados válidos	0,40	
	1 (um) atestado válido	0,10	MÍNIMO -0,20
	Nenhum atestado válido	-0,20	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.9.5 PARA A LICITANTE			

EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Item 7.11 do ETP – EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA: pontuação MÁXIMA de 1,50 (um e meio) pontos e MÍNIMA de -0,30 (menos trinta centésimos) de ponto.

- O campo cinza na linha "TOTAL DO CRITÉRIO PARA A LICITANTE" é de preenchimento exclusivo pela Banca.

A licitante indicou profissional(is) da Educação Básica com comprovação de experiência específica no serviço objeto da contratação para compor a equipe técnica?			
7.11.1	Sim, indicou 2 (dois) ou mais profissionais da Educação Básica habilitados em gestão e com comprovada experiência específica	0,50	MÁXIMO 0,50
	Sim, indicou 1 (um) profissional da Educação Básica habilitado em gestão e com comprovada experiência específica	0,35	
	Sim, indicou 1 (um) profissional da Educação Básica habilitado em gestão e sem comprovação da experiência específica	0,20	MÍNIMO -0,10
	Sim, indicou 1 (um) profissional não habilitado em gestão, porém com comprovada experiência específica	0,05	



	Não indicou profissional da educação básica; <u>ou</u> indicou profissional não habilitado em gestão e sem comprovação de experiência específica	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.11.1 PARA A LICITANTE			

7.11.2	A licitante indicou profissional(is) do Direito (advogado ou bacharel) com comprovação da experiência específica no serviço objeto da contratação para compor a equipe técnica?		
	Sim, indicou 2 (dois) ou mais profissionais do Direito (<u>advogados</u>) e <u>com</u> comprovada experiência específica	0,50	MÁXIMO 0,50 MÍNIMO -0,10
	Sim, indicou 2 (dois) ou mais profissionais do Direito (<u>bacharéis</u>) e <u>com</u> comprovada experiência específica	0,35	
	Sim, indicou 1 (um) profissional do Direito (<u>advogado</u>) e <u>com</u> comprovação de experiência específica	0,20	
	Sim, indicou 1 (um) profissional do Direito (<u>bacharel</u>) e <u>com</u> comprovação de experiência específica	0,05	
	Não indicou profissional do Direito; <u>ou</u> indicou 1 (um) profissional do Direito, <u>sem</u> comprovação de experiência específica	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.11.2 PARA A LICITANTE			

7.11.3	A licitante indicou um ou mais profissional(is) de Administração Pública ou Gestão Pública , com comprovação da experiência específica no serviço objeto da contratação para compor a equipe técnica?		
	Sim, indicou 2 (dois) ou mais profissionais de Administração Pública ou Gestão Pública, todos <u>com</u> comprovada experiência específica	0,50	MÁXIMO 0,50 MÍNIMO -0,10
	Sim, indicou 1 (um) profissional de Administração Pública ou Gestão Pública, <u>com</u> comprovada experiência específica	0,35	
	Sim, indicou 1 (um) profissional de Administração , pós-graduado em Gestão Pública , <u>com</u> comprovada experiência específica	0,20	
	Sim, indicou 1 (um) profissional de outra área , pós-graduado em Gestão Pública , mas <u>sem</u> comprovação de experiência específica	0,05	
	Não indicou profissional de Administração/Gestão Pública; <u>ou</u> indicou um profissional de outra área , <u>sem</u> pós-graduação em gestão pública e <u>sem</u> comprovação de experiência específica	-0,10	
TOTAL DO CRITÉRIO 7.11.3 PARA A LICITANTE			

Item 7.12 do ETP – HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA: pontuação MÁXIMA de 2,50 (dois e meio) pontos e MÍNIMA de -0,50 (menos meio) de ponto.

Relação dos títulos de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional ou doutorado) compatíveis com o quadro contido no subitem 7.12.1 do ETP, relacionados aos profissionais indicados na Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica:

- O campo cinza de cada linha é de preenchimento exclusivo pela Banca.

7.12.1	RELAÇÃO DE TÍTULOS DA EQUIPE TÉCNICA (PÓS-GRADUAÇÕES)
	Títulos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional ou Doutorado: 0,50 (meio) ponto por título



Nome do Profissional indicado	Título (mestrado/ doutorado)	Campo de Formação Aderente	Linha de Pesquisa	Validade/ Pontuação
Títulos de Especialização ou MBA: 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto por título				
Nome do Profissional indicado	Título (especialista /MBA)	Campo de Formação Aderente	Curso/Tema	Validade/ Pontuação
Não comprovou título de pós-graduação válido: -0,50 (menos meio) ponto				
TOTAL DO CRITÉRIO 7.12.1 PARA A LICITANTE (MÁXIMO 2,50 / MÍNIMO -0,50)				

QUADRO RESUMO - PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT)

- O campo cinza de cada linha é de preenchimento exclusivo pela Banca.

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA DA LICITANTE			
7.8.1	Pontuação total no critério		MÁXIMO 10 MÍNIMO -2
7.8.2	Pontuação total no critério		
7.9.1	Pontuação total no critério		
7.9.2	Pontuação total no critério		
7.9.3	Pontuação total no critério		
7.9.4	Pontuação total no critério		
7.9.5	Pontuação total no critério		
7.11.1	Pontuação total no critério		
7.11.2	Pontuação total no critério		
7.11.3	Pontuação total no critério		
7.12.1	Pontuação total no critério		
TOTAL DA PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT)			



Data:

Assinatura da Licitante:

Ass. Membro da Banca 1

Ass. Membro da Banca 2

Ass. Membro da Banca 3



(em papel timbrado da licitante)

(MODELO) DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Concorrência nº _____ Processo Licitatório nº _____

Objeto: Serviço técnico especializado em Direito e Gestão Educacional para suporte estratégico à Secretaria Municipal de Educação por 36 (trinta e seis) meses (serviço contínuo).

Licitante: _____

CNPJ: _____

Eu, [Nome Completo do Advogado], inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção [UF], sob o nº [número da OAB], com escritório profissional situado à [Endereço Completo], **DECLARO, sob minha responsabilidade pessoal**, nos termos do inciso IV do artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, que as cópias digitais dos documentos apresentados no âmbito do processo licitatório [identificação da licitação] **correspondem fielmente aos originais, possuindo a mesma validade e eficácia.**

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

[Local], [Data].

[Assinatura]

[Nome Completo do Advogado]



(em papel timbrado da licitante)

(MODELO) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA

Concorrência nº _____ Processo Licitatório nº _____

Objeto: Serviço técnico especializado em Direito e Gestão Educacional para suporte estratégico à Secretaria Municipal de Educação por 36 (trinta e seis) meses (serviço contínuo).

Licitante: _____

CNPJ: _____

[Razão Social Da Licitante], pessoa jurídica de direito [público/privado], com CNPJ nº [número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica], sediada na à [Endereço Completo], neste ato representada por seu Representante Legal [Nome Completo do Representante Legal], [nacionalidade], portador do [tipo de documento de identidade] nº [número do documento], **INDICA**, em cumprimento do subitem _____ do Edital da licitação acima identificada, **o rol dos profissionais disponíveis que se responsabilizarão pelos trabalhos** no caso da efetiva contratação da empresa:

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL	CIÊNCIA E ANUÊNCIA COM A INDICAÇÃO
[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL], [nacionalidade], portador do [tipo de documento de identidade] nº [número do documento], [profissão], com registro junto ao conselho profissional [SIGLA – número do registro/UF]	
[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL], [nacionalidade], portador do [tipo de documento de identidade] nº [número do documento], [profissão], com registro junto ao conselho profissional [SIGLA – número do registro/UF]	
[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL], [nacionalidade], portador do [tipo de documento de identidade] nº [número do documento], [profissão], com registro junto ao conselho profissional [SIGLA – número do registro/UF]	
...	

[Local], [Data].

[Assinatura]

[Nome Completo do Representante Legal da Licitante]



(em papel timbrado da licitante)

(MODELO) FOLHA DE ROSTO

Concorrência nº _____ Processo Licitatório nº _____

Objeto: Serviço técnico especializado em Direito e Gestão Educacional para suporte estratégico à Secretaria Municipal de Educação por 36 (trinta e seis) meses (serviço contínuo).

Licitante: _____

CNPJ: _____

[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL]

[tipo de documento de identidade] nº [número do documento]

[Profissão]

[SIGLA do Conselho Profissional – número do registro/UF]



- ANEXO B -

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

NOTA EXPLICATIVA

A PROPOSTA DE PREÇO deve ser elaborada com estrita observância aos termos do Edital, às especificações do objeto, contidas no Termo de Referência (TR) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e às disposições da Lei federal nº 14.133/2021, especialmente quanto às definições contidas no seu art. 12, incisos I, II, III e VI, bem como quanto aos custos diretos e indiretos, à vantajosidade da contratação para a Administração e à sustentabilidade da proposta apresentada.

É essencial que o licitante fundamente os valores propostos com base em critérios técnicos e econômicos coerentes com as exigências contratuais, assegurando a compatibilidade com os parâmetros de mercado e a viabilidade da execução.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

1. Na elaboração de sua PROPOSTA DE PREÇO, a licitante deve considerar:

1.1. Atenção às exigências do Edital

A proposta deve atender integralmente às condições, especificações técnicas, prazos e demais exigências previstas no edital e em seus anexos. (Art. 25, §1º)

1.2. Formulação clara, precisa e completa

A proposta deve conter a descrição clara do objeto, a formação dos preços unitários e totais, e os encargos envolvidos, permitindo a adequada análise pela Administração. (Art. 25, §2º)

1.3. Planilha de composição de custos

A Administração poderá exigir que a licitante apresente a planilha com a composição detalhada dos custos, incluindo encargos sociais, tributos, insumos, despesas indiretas e margem de lucro. (Art. 6º, inciso XL; Art. 23, §1º; Art. 88, §1º)

1.4. Preços compatíveis com os de mercado

Os valores propostos devem refletir os preços praticados no mercado, sendo vedada a apresentação de proposta inexequível. (Art. 5º, inciso III; Art. 59, §1º, inciso III; Art. 60)

1.5. Sustentabilidade da proposta

A proposta deve demonstrar viabilidade técnica e econômica da execução, considerando as obrigações legais e os riscos do contrato. (Art. 5º, inciso IV; Art. 25, §3º)

1.6. Indicação de condições de pagamento

Se solicitado no edital, o licitante deve indicar prazos e condições para faturamento e pagamento, em conformidade com o cronograma físico-financeiro. (Art. 92)

1.7. Validade da proposta

A proposta deve conter o prazo de validade, que **não poderá ser inferior a 60 dias**, salvo disposição diversa no edital. (Art. 17, inciso XI)

1.8. Revisão e reajuste de preços



O licitante deve observar as condições previstas no edital para eventual reajuste, repactuação ou revisão contratual, conforme o regime de execução adotado. (Art. 92 a 96)

1.9. Responsabilidade pelas informações

O proponente é responsável pela veracidade das informações prestadas, respondendo por qualquer erro ou omissão que comprometa a execução contratual. (Art. 155)

1.10. Assinatura por representante legal

A proposta deve ser assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado, conforme documentos de habilitação. (Art. 23, §3º)

2. A PROPOSTA DE PREÇO de cada licitante deverá ser apresentada do modo previsto neste Anexo, atendidas as disposições do ETP, do TR e do Edital da licitação:

2.1.1. A **Proposta de Preço** será elaborada com observância das informações e da forma previstas no modelo apresentado neste Anexo, e deverá ser preenchida e assinada pela licitante, com indicação do representante legal signatário, na qualidade de responsável por sua emissão, nos termos da legislação vigente.

2.1.1.1. **É permitida a identificação e assinatura digital** por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3. Abaixo seguem o modelo de PROPOSTA DE PREÇO sugerido:



(em papel timbrado da licitante)

(MODELO) PROPOSTA DE PREÇO

Concorrência nº _____ Processo Licitatório nº _____

Objeto: Serviço técnico especializado em Direito e Gestão Educacional para suporte estratégico à Secretaria Municipal de Educação por 36 (trinta e seis) meses (serviço contínuo).

Licitante: _____

CNPJ: _____

PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIPTIVO COMPLETO	VALOR GLOBAL (R\$)
01	01	-	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES (SERVIÇO CONTÍNUO).	

A licitante _____ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, **PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso)**

A licitante DECLARA para os devidos fins que:

- Concorda com os prazos de execução/cronograma dos serviços propostos no Termo de Referência, em anexo ao Edital;
- Concorda com a forma e condições de pagamento estabelecidas em Edital;
- O preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, nos moldes da Súmula nº 10 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), devendo estar incluídos os valores do fornecimento de mão de obra; despesas extraordinárias, dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços;



- d) Está enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei federal nº 14.133, de 2021;
- e) O objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência e demais documentos anexos ao edital;
- f) Está de acordo com as condições de pagamento constante do Termo de Referência e Termo de Contrato;
- g) Concorde com a data base para apresentação das propostas, de acordo com disposto no presente edital; e
- h) Compromete-se a prestar as informações acerca da planilha com a composição detalhada dos custos, incluindo encargos sociais, tributos, insumos, despesas indiretas e margem de lucro prontamente, assim que solicitado.

A licitante informa seus dados bancários para fins de pagamento, caso sagrada vencedora.:

Banco xxxx

Agência xxx

Conta Corrente xxxxxxxxx

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

[Local], [Data].

[Assinatura]

[Nome Completo do Representante Legal da Licitante]

**- ANEXO C -****PLANILHA ESTIMATIVA DE VALOR****NOTA EXPLICATIVA**

Considerando a necessidade de promover prévia coleta de preços do objeto licitatório, afim de estimar o valor da contratação, foram promovidas as seguintes análises pela Secretaria requisitante, orientando-se pelo disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/21:

I - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços (art. 23, § 1º, II, da Lei nº 14.133/21);

II - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital (art. 23, § 1º, V, da Lei nº 14.133/21).

A pesquisa de contratações similares foi empregada para conhecer quais os fornecedores que têm atuado neste objeto, visando aferir se há empresas aptas à prestação do serviço, de modo integral e sob quais preços e regimes de contratação. Foi utilizada a plataforma PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br/app/contratos)

Já a pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, objetiva um parâmetro mais específico em relação ao objeto elaborado e detalhado, para atendimento das necessidades de Pedreira. Também se justifica pela possibilidade de pesquisar junto a fornecedores que revelaram melhores preços na pesquisa realizada por meio do levantamento dos contratos, visando obter patamares mais realistas em relação à capacidade orçamentária de nosso Município, uma vez que pelo levantamento de contratações, os valores levantados se revelaram bastante diversificados.

PARÂMETRO 1: CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTIMATIVA				
ITEM	QTDE.	UND.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CONTRATAÇÃO SIMILAR ⁴
				Município de Amparo
1	1	UND.	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL	R\$ 359.285,76 (36 meses)

Contratação similar:Município de Amparo

Contratada: Diretrix Assessoria e Consultoria Técnica Especializada Ltda

Contrato nº 189/2024 – Aditamento Nº 001 - Vigência: 10/10/2025 – 09/10/2026;

⁴ Os contratos encontrados referiam vigência de 12 (doze) meses. Por pretender a contratação por período superior, foi realizada a multiplicação de cada contratação/termo aditivo pelo período de 36 (trinta e seis) meses (12 meses x 3).

**PARÂMETRO 2: PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES**

ESTIMATIVA								
ITEM	QTDE.	UND.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PESQUISA COM FORNECEDORES				
				1	2	3	4	5
1	1	UND	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL	R\$ 334.800,00	R\$ 369.720,00	R\$ 496.800,00	R\$ 406.800,00	R\$ 468.000,00

Para a elaboração da estimativa de preços, no parâmetro 02, foram consideradas as cotações encaminhadas por empresas que desenvolvem atividades compatíveis com o objeto da contratação, conforme listado a seguir:

1. Direttrix Assessoria e Consultoria Técnica Especializada Ltda. EPP.
2. Lex Et Educare Assessoria, Consultoria e Formação Continuada Especializada Ltda.
3. Pública Gestão Educacional LTDA.
4. Graboski – Advogados Associados EPP.
5. INEC – Instituto Educação, Cultura e Gestão Ltda.

APURAÇÃO DA ESTIMATIVA DE VALOR PARA A CONTRATAÇÃO						
CONTRATAÇÃO SIMILAR (PARÂMETRO 1)	PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES (PARÂMETRO 2)					VALOR MÉDIO ESTIMADO
PREF. AMPARO/SP	DIRETTRIX	LEX ET EDUCARE	PÚBLICA	GRABOSKI	INEC	
R\$ 359.285,76	R\$ 334.800,00	R\$ 369.720,00	R\$ 496.800,00	R\$ 406.800,00	R\$ 468.000,00	R\$ 405.900,96

O valor estimado da contratação, considerando a média dos valores obtidos nos parâmetros 01 e 02, corresponde a **R\$ 405.900,96** (quatrocentos e cinco mil, novecentos reais e noventa e seis centavos).

**- ANEXO D -****INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – QUALIDADE (IMR-Q)****NOTA EXPLICATIVA**

O Instrumento de Medição de Resultados – Qualidade (IMR-Q) é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas pelo Fiscal do Contrato ou por outro servidor designado, para realizar esta avaliação.

Busca-se incluir critérios de desempenho para o serviço constantes no Termo de Referência, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.

Ao final de cada período de 12 (doze) meses, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA.

A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE, também pelo mesmo período, contados a partir do recebimento da contestação.

AValiação PERIÓDICA

A avaliação periódica será executada pela Fiscalização do Contrato, que será responsável pela realização da medição e avaliação.

A fiscalização do contrato deverá informar ao Gestor do Contrato, a ocorrência de serviços incompatíveis aos contratados, em concomitância aos procedimentos de recebimento provisório dos serviços prestados, para o cálculo do IMR-Q.

Serão considerados como serviços incompatíveis, todos os serviços que não forem realizados de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, não cumprimento de prazos, inconformidades e imperfeições técnicas, etc.

A avaliação deverá ter periodicidade compatível com cronograma fixado para o cumprimento do objeto licitado e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

INDICADORES PARA MEDIÇÃO DE RESULTADOS – QUALIDADE (IMR-Q)	
Atendimento dos Prazos	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento de todos os prazos previstos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Obter IMR-Q 100% no cumprimento dos prazos estabelecidos para a prestação dos serviços
Instrumento de Medição	Cronograma de execução e relatórios dos serviços prestados
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento dos prazos de atendimentos e das solicitações através de protocolos e e-mails
Periodicidade	Mensal, com fechamento anual
Início de Vigência	Próximo dia útil do término do fluxo de assinaturas do instrumento contratual ou em outra data a ser informada pela Divisão de Contratos e Aditivos deste Município
Mecanismo de Cálculo	Mecanismo de cálculo para prazos:



	Cada solicitação será verificada e valorada individualmente. Ações ou Trabalhos entregues sem atrasos = IMR-Q 100% Até 3 dias de atraso = IMR-Q 95% De 04 a 06 dias de atraso = IMR-Q 90% De 07 a 10 dias de atraso = IMR-Q 80% De 11 a 14 dias de atraso = IMR-Q 60% Até 15 dias de atraso = IMR-Q 50% De 16 dias ou mais de atraso = IMR-Q 40%
Faixas de ajustes no pagamento	IMR-Q 100%: 100% do valor da nota fiscal IMR-Q 95%: 95% do valor da nota fiscal IMR-Q 90%: 90% do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência
Sanções	IMR-Q 80% = Advertência formal IMR-Q 60% = Multa de 0,1% até 10% do valor da parcela IMR-Q 40% = Multa de 0,5% até 20% do valor do contrato + rescisão contratual

INDICADORES PARA MEDIÇÃO DE RESULTADOS – QUALIDADE (IMR-Q)**Cometimento de infração na execução do serviço contratado**

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Execução do serviço contratado sem cometimento de falhas.
Meta a cumprir	Obter IMR-Q 100% na prestação do serviço sem o cometimento de nenhuma falha
Instrumento de Medição	Relatórios de serviço prestado e solicitações realizadas pela CONTRATADA
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução de ações e trabalhos, com entrega de ações e trabalhos completos e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE
Periodicidade	Mensal, com fechamento anual
Início de Vigência	Próximo dia útil do término do fluxo de assinaturas do instrumento contratual ou em outra data a ser informada pela Divisão de Contratos e Aditivos deste Município
Mecanismo de Cálculo	Mecanismo de cálculo para prazos: Cada solicitação será verificada e valorada individualmente. Ação ou Trabalho (de qualquer tipo previsto no TR da contratação) Prestado: sem infrações = IMR-Q 100% Infração de Grau 01 = IMR-Q 90% Infração de Grau 02 = IMR-Q 80% Infração de Grau 03 = IMR-Q 60% Infração de Grau 04 = IMR-Q 40%
Faixas de ajustes no pagamento	IMR-Q 100%: 100% do valor da nota fiscal IMR-Q 90%: 90% do valor da nota fiscal IMR-Q 80%: 80% do valor da nota fiscal IMR-Q 60%: 60% do valor da nota fiscal IMR-Q 40%: 40% do valor da nota fiscal OBS: Independente do redimensionamento dos valores contratuais, serão aplicadas as penalidades e extinção contratual, quando for o caso.



INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão do Contrato, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
5	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	1

O relatório decorrente da aplicação do IMR-Q deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e, incluindo a documentação correspondente.

Quando a avaliação parcial mensal acusar ajuste de pagamento para valor inferior a 100% ou indicar a aplicação de multa, o relatório de medição de resultados será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.

As eventuais justificativas, referentes às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA à Fiscalização do Contrato designada pela CONTRATANTE.

Dirimidas as dúvidas, a Fiscalização do Contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR-Q obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

A aplicação dos descontos referidos neste IMR-Q não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.



ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 3.248/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../...., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E**

O Município de Pedreira/SP por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Município em de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº 06/2026 – Processo Licitatório nº 14/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de pessoa jurídica para a execução de serviço técnico especializado em direito e gestão educacional para suporte estratégico à secretaria municipal de educação por 36 (trinta e seis) meses**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL CONSIDERANDO O PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES
01	Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviço técnico especializado em direito e gestão educacional para suporte estratégico à secretaria municipal de educação por 36 (trinta e seis) meses.	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;



1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4. Anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução do objeto será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da emissão da(s) Ordem(ns) de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de prestação dos serviços poderá ser sucessivamente prorrogado, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, visto se tratar de serviço contínuo e inerente à manutenção dos trabalhos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$..... (.....), conforme consta na cláusula 1.2. deste Contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do(s) objeto(s) da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O Tópico 3 – Requisitos da Contratação, constante no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II), detalha os aspectos fundamentais relacionados às condições e características de recebimento do objeto.

6.2. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos deste objeto serão efetuados diretamente pelo CONTRATANTE, através da sua Tesouraria, **em até 30 (trinta) dias consecutivos da liquidação de cada nota fiscal**, conforme demanda e priorização de ações e trabalhos, respeitando o estabelecido em cronograma a ser pactuado entre as partes. O tópico 3. Requisitos da Contratação, do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II), dispõe de forma pormenorizada e detalhada todas as condições da prestação e medição do serviço.

6.3. O prazo para liquidação da nota fiscal será **de até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.



- 6.4. Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.
- 6.5. **O serviço objeto do presente contrato ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**
- 6.6. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**
- 6.7. Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.
- 6.8. O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, inclusive as constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;



- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*



- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:
- 12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



12.2. A **CONTRATADA** se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e no **Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025** do **CONTRATANTE**, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Das indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das Dotações Orçamentárias nº:

Unidade: 02.10.03 DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Funcional: 12.361.0007.2132.0000 Operacionalização das Escolas de Ensino Fundamental

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Código de Aplicação: 220.000

Fonte Recurso: 0 0100

Ficha: 497

Nº da reserva: 216

Valor Reservado: R\$ 101.475,27

Valor reservado para 09 (nove) meses de 2026, valor restante para o próximos anos.

- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO



18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, ... de de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 06/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026

CONTRATANTE: Município de Pedreira/SP

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL PARA SUPORTE ESTRATÉGICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).